

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TASSIANA BEATRIZ DE OLIVEIRA SANTOS

MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: os posicionamentos do
Movimento Estudantil de Pedagogia frente às Diretrizes Curriculares Nacionais

RIO DE JANEIRO
2022

Tassiana Beatriz de Oliveira Santos

MOVIMENTO ESTUDANTIL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: os posicionamentos do
Movimento Estudantil de Pedagogia frente às Diretrizes Curriculares Nacionais

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher

Rio de Janeiro
2022

SANTOS, Tassiana Beatriz de Oliveira. **Movimento Estudantil e formação de professores:** os posicionamentos do Movimento Estudantil de Pedagogia frente às Diretrizes Curriculares Nacionais. 2022. 84 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. Roberto Leher

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Julgamento: _____

Prof. Dra. Vânia Cardoso da Motta

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Julgamento: _____

Prof. Dra. Maria Cristina Miranda da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Julgamento: _____

Ao Movimento Estudantil de Pedagogia
Ao Centro Acadêmico Maria Eduarda (CAME/CAPed-UFRJ)
Às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar as posições estudantis do Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe) acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) no período de 2015 a 2020. Para isso, foram utilizados os Planos de Lutas, os documentos elaborados nos Encontros Nacionais dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE), além de outros documentos produzidos pelos estudantes que se relacionam com suas proposições apresentadas nos Planos de Lutas. Sob a teoria gramsciana de Estado e as contribuições de E.P. Thompson sobre a experiência, analisou a formulação das DCNs. Por fim, a pesquisa buscou relacionar as formulações estudantis acerca das diretrizes com a Escola Unitária em Gramsci. Pôde-se concluir que o MEPe não se eximiu de posicionamentos e ações frente às políticas públicas para a formação docente e que suas proposições, apesar de iniciais, evidenciam uma concepção marxista de educação.

Palavras-chave: Movimento Estudantil – Movimento Estudantil de Pedagogia - formação de professores – Diretrizes Curriculares Nacionais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Passeata dos Cem Mil, julho de 1968.

Figura 2 – Estudantes de Pedagogia da UFRJ em Manifestação contra os cortes da educação. Rio de Janeiro: maio de 2019.

Figura 3 – Estudantes de Pedagogia no 39º ENEPe, após ato realizado na cidade sede do evento. Goiânia: jul. 2019.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH	Aparelhos privados de hegemonia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNC-Formação	Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica
CA	Centro Acadêmico
CAEF	Centro Acadêmico de Educação Física
CAPed	Centro Acadêmico de Pedagogia
CEG	Conselho de Ensino de Graduação
CEPG	Conselho de Ensino para Graduados
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
Consuni	Conselho Universitário
DA	Diretório Acadêmico
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNFD	Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Docentes
EEEP-SP	Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEPe	Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia
ExNEPe	Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia
FoNEPe	Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GD	Grupo de Discussão
GIDE	Gestão Integrada da Escola
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBNC	Movimento pela Base Nacional Comum
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
MEPe	Movimento Estudantil de Pedagogia
Parfor	Plano Nacional de Formação de Professores
Pibid	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PNE	Plano Nacional de Educação
Profop	Programa Especial de Formação Pedagógica
Prouni	Programa Universidade para Todos
SEPE/RJ	Sindicato Estadual de Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
TpE	Todos pela Educação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Por que o Movimento Estudantil?	9
1.2 Os movimentos sociais nas disputas políticas educacionais	13
2 LOCALIZANDO A PESQUISA	18
2.1 O Movimento Estudantil de Pedagogia.....	18
2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais	21
3 OS DOCUMENTOS.....	24
3.1 Metodologia.....	24
3.2 O que foi encontrado nos Planos de Lutas	26
3.2.1 Resolução CNE/CP 1/2006.....	27
3.2.2 Resolução CNE/CP nº 2/2015	32
3.2.3 Resolução CNE/CP 2/2019.....	37
4. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DEFENDIDAS PELO MEPE	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50
ANEXO A – PÁGINAS DA WEB	56
ANEXO B – PLANOS DE LUTAS	57
ANEXO C – MANIFESTO	83

1 INTRODUÇÃO

Escolha, no conjunto sempre crescente das atividades que lhe são oferecidas, primeiro aquelas que iluminam a vida, as que dão sede de crescimento e de conhecimento, as que fazem o sol brilhar.

Célestin Freinet¹

1.1 Por que o Movimento Estudantil?

O movimento estudantil (ME) perpassa a formação dos estudantes de Pedagogia da UFRJ de alguma maneira, mesmo que eles não percebam: da “calourada”, conquistada e construída pelos estudantes mais antigos do curso para receber os novatos, ao “bandejão”, que só retornou ao *campus* Praia Vermelha graças à ocupação estudantil; da Semana de Educação da UFRJ, evento mantido e realizado por estudantes de pedagogia, ao Bilhete Único Universitário, direito a passagens gratuitas aos estudantes de graduação.

De imediato, identificamos que o movimento estudantil frequentemente se concentra nas lutas relacionadas diretamente aos estudantes das universidades. Há conquistas como um mural para o corredor, um evento com temática cara aos estudantes e bolsas-auxílio para a permanência estudantil no espaço universitário, e há outras como cadeiras em conselhos – Conselho Universitário (Consuni), Conselho de Ensino de Graduação (CEG), Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), Congregação das unidades, Conselhos Departamentais, entre outros – que podem possuir caráter deliberativo, ou seja, que decidem, em última instância, o que acontecerá internamente naquele espaço, ou não, sendo consultivos.

Mas não se encerra aí, os movimentos de estudantes universitários também têm papel importante em lutas sociais e políticas amplas. Rico e Ferraz (2020, p. 155) apontam que “O movimento estudantil, que faz parte dos movimentos sociais, é um espaço de atuação relevante devido à sua presença em diversos contextos de transformação social (...)”. Entre os exemplos mais recentes, estão as inúmeras manifestações e os confrontos entre os estudantes e as forças militares no período ditatorial, a partir de 1964; a participação na redemocratização, em 1985; o envolvimento no movimento dos caras-pintadas, em 1992; as manifestações de junho de 2013; as ocupações e greves universitárias, em 2015 e 2016; nos últimos anos, as manifestações em defesa da educação pública e contra os cortes na educação, em 2019, e os atos pelo “Fora Bolsonaro”, em 2021.

¹ Citação retirada dos Invariantes Pedagógicos, originalmente escritos no livro *Pour l'école du people* (Para uma escola do povo), de Célestin Freinet.

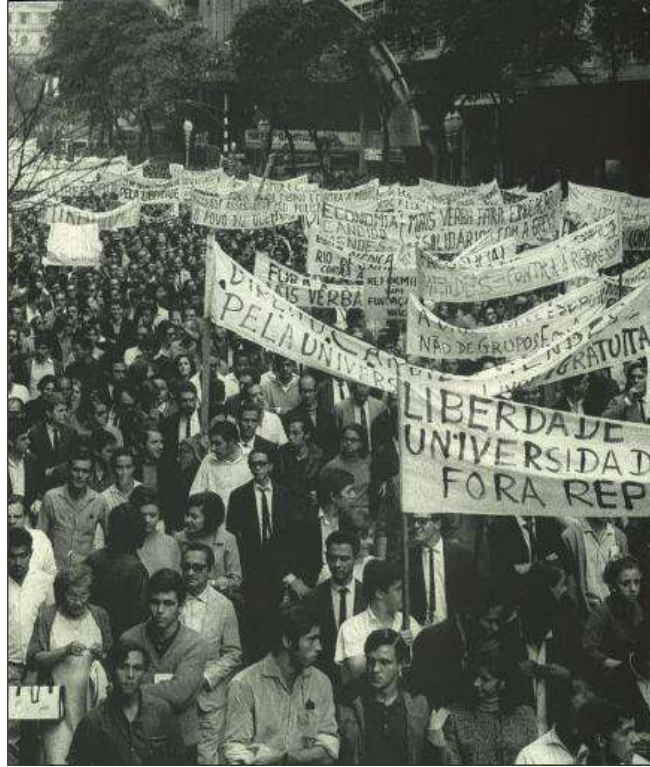


Figura 1 – Passeata dos Cem Mil, em julho de 1968. Fonte: ARAÚJO (2007, p. 8).



Figura 2 – Estudantes de Pedagogia da UFRJ em manifestação contra os cortes da educação. Rio de Janeiro: maio de 2019. Fonte: arquivo pessoal.

De uma maneira ou de outra, os movimentos sociais estudantis estão organizados e presentes na vida do aluno universitário e na sociedade brasileira como um todo. Por isso, é inegável sua importância no processo de democratização do Estado nacional, o que, por si só, já seria objeto de estudo de grande relevância para esta pesquisa.

Entretanto, os estudantes da graduação dos cursos de formação de professores apresentam especificidades com relação ao movimento estudantil, que serão discutidas neste projeto. Os estudantes – futuros docentes – não deixarão de se relacionar diretamente com a educação e com os movimentos de luta pela educação quando se formarem. As conquistas e derrotas dos estudantes e trabalhadores da educação continuarão a influenciar sua rotina e seu trabalho: seja na continuidade da existência do Fundeb, na escolha (ou não) dos diretores escolares, em projetos de reorganização da escola, pela garantia de merenda para seus alunos ou pela construção de planos de carreira e tempos de planejamento remunerado dos professores, nos currículos e nas provas abrangentes que seus alunos estarão submetidos, entre tantas outras condições de trabalho e direitos que poderíamos citar.

Durante a graduação, não parece que essa é uma obviedade. Não está dado que os professores em formação compreendem as disputas existentes naquele espaço nem que enxergam as lutas que os esperam na profissão à frente. E, também por esse motivo, não são todos os estudantes que se engajam na construção dos movimentos sociais. Os professores não estão fora das contradições sociais: fazem parte da manutenção ou da alteração da ordem, da manutenção da hegemonia ou da construção de outra hegemonia (GRAMSCI, 1982). A escola é um espaço crucial para a formação de intelectuais, por isso, o intelectual com papel de formar essas novas gerações na escola é de suma importância e de imenso valor estratégico na sociedade de classes. A função de intelectual desempenhada pelos professores na sociedade é relevante ao ponto de sua formação ser alvo de intensas e extensas disputas.

Os grupos se organizam na sociedade civil em associações, grupos de discussão, projetos sociais que articulem seus interesses e possuam seus intelectuais. O papel dos intelectuais é outro aspecto importante para a presente pesquisa, uma vez que eles ocupam os aparelhos privados de hegemonia. Gramsci elucidou o que nomeia “intelectual” em sua obra:

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso (GRAMSCI, 1982, p. 7).

Portanto, o que define a função social do intelectual na sociedade capitalista é o seu papel de orientar o conjunto da vida social, seja em direção à expansão do capitalismo ou contra essa dinâmica, nas lutas populares (FONTES, 2021). Assim, o MEPe possui seus intelectuais – que estão nas correntes partidárias, organizações estudantis e universidades – e define, entre outras coisas, o que enxergam como formação de professores.

Pelas razões acima apresentadas, o movimento estudantil também tem considerável importância quando se trata da formação de professores. Os estudantes que estão em formação inicial de professores e que atuam em movimentos sociais, como o ME, têm uma formação política que contribui para sua formação como professor. No levantamento bibliográfico feito na base de dados da Capes em busca de produções que relacionassem movimento estudantil e a formação de professores, as contribuições dos trabalhos de Vilhagra (2009), Zava (2015) e Oliveira (2017) apontam para essa formação.

Vilhagra (2009) analisou a participação dos estudantes de Pedagogia em uma entidade estudantil (EEEPe-SP). A autora concluiu que, apesar da dificuldade de elaborar posições e ações acerca da sociedade brasileira, a participação e discussão das pautas do movimento podem proporcionar uma formação que resulta em profissionais mais emancipados, porque é na atuação que se conquista consciência dos interesses de categoria (dos professores) e de classe (dos trabalhadores).

O trabalho de Zava (2015) buscou compreender a participação estudantil em outra entidade, o CAPed-UFRJ. As entrevistas realizadas pela autora apontaram para os aprendizados dos estudantes por meio da construção de eventos e representações nas quais estiveram envolvidos. Além disso, destacou a formação política propiciada pela participação estudantil no movimento do curso de Pedagogia e em outros movimentos estudantis.

Oliveira (2017) também utilizou entrevistas com estudantes da graduação como base empírica, com recorte de estudantes da Educação Física que atuaram na entidade CAEF. Sua conclusão é que “é possível compreender (...) o movimento estudantil, como um espaço de formação política, de participação e de consciência coletiva.” (p. 9). Os aprendizados no movimento estudantil são diferentes daqueles oferecidos pelo curso e considera a experiência na entidade um importante fator para a futura atuação como professores.

Edward Thompson, ao estudar a formação da classe trabalhadora na Inglaterra – especialmente nas publicações dos anos 1960 a 1980 e em suas experiências de educação popular com proletários nesses anos –, elaborou o conceito de experiência no âmbito do qual é possível construir a consciência social e o processo de formação da consciência de classe. No

caso das pesquisas encontradas que relacionam formação docente e movimento estudantil, interessa pensar os processos de “experiência” dos docentes que atuaram no movimento estudantil.

Thompson desenvolveu o conceito de experiência a partir das ações coletivas dos trabalhadores. Ele evidencia a importância da experiência material para a construção de classe social. Aquilo que os trabalhadores vivenciavam, que estava longe de ser uma experiência meramente corriqueira e banal, formava-os e provocava consciência social. As contribuições desse historiador confrontavam a produção acadêmica marxista que propositalmente despreza as manifestações culturais das classes baixas (JÚNIOR, 2011).

Ricardo Müller amplia o escopo de construções possíveis a partir da experiência thompsoniana:

Dessa forma, a experiência, sem “bater na porta”, constitui e nega, opõe e resiste, estabelece mediações, é espaço de prática, intervenção, obstaculização recusa, é processo de formação de identidades de classe, poderíamos acrescentar, de gênero, de geração e etnias [...]. (MÜLLER, 2003, p. 341, apud JÚNIOR, 2011).

Em outras palavras, não só a classe social pode se constituir por meio da experiência, mas também se formam gêneros, gerações, etnias e, por que não dizer, professores. Fazer parte de um movimento estudantil não é uma experiência vulgar, é uma atividade formativa de consciência e, em certas circunstâncias, de consciência de classe. O movimento estudantil, como outros movimentos sociais, extrapola a teoria e a recria. Os sujeitos ali envolvidos, homens e mulheres – em sua maioria jovens e, neste trabalho, futuros professores –, participam coletivamente de disputas políticas que os formam.

1.2 Os movimentos sociais nas disputas políticas educacionais

Outro aspecto do movimento estudantil que influencia a formação de professores é a disputa pela elaboração de legislações, políticas e projetos institucionais em que os movimentos se inserem. Os conflitos que abarcam a formulação de políticas públicas para a formação de professores envolvem o Estado e a sociedade civil – entre as organizações desta, estão os sindicatos e movimentos sociais. Portanto, aqui destacamos o movimento estudantil como organismo frente às políticas públicas de formação docente.

Os conceitos utilizados para pensar tais disputas estão calcados em Antonio Gramsci (1891-1937). Gramsci foi um filósofo marxista italiano conhecido por evidenciar a importância da cultura e o papel do Estado. O pensador e militante também se debruçou sobre os temas da

educação, o papel da escola e do professor. Para compreender um pouco dos pressupostos utilizados, trago algumas referências no campo.

Segundo Mendonça (2007), o conceito gramsciano de sociedade política seria o que encontramos em uma perspectiva mais estrita do Estado, como os aparelhos governamentais. A sociedade civil engloba as organizações “privadas”, ou o que veio a ser intitulado “aparelhos privados de hegemonia” (APH), como igrejas, imprensa e movimentos sociais. Portanto, para Gramsci, as políticas desenvolvidas pelo Estado precisam considerar quais organizações da sociedade civil possuem representantes ou interferem em quais organismos estatais. E a autora conclui:

Em síntese, tomar o Estado como uma Relação Social, não só nos permite evitar as armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele uma permanente reconstrução (MENDONÇA, 2007, p. 8).

Abordemos uma política em curso que muito nos toca enquanto educadores: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A elaboração e aprovação da BNCC não se deram unilateralmente do Estado para a sociedade. Ao contrário, a sociedade civil, sobretudo por meio de organismos como o Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC), que reúne diversos aparelhos privados de hegemonia – a exemplo de Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna e Todos Pela Educação –, teve espaço dentro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do próprio Ministério da Educação para que sua agenda fosse considerada, não importasse qual ministro ocupasse a pasta.

Não é mera semelhança que a BNCC esteja permeada de concepções educacionais do projeto empresarial de educação: o enfoque nas avaliações externas, nacionais e internacionais; a concepção de “educação integral”, como “uma formação mais ampla”; a ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências; a valorização de características pessoais e conhecimento cotidiano em detrimento do conhecimento sistematizado e a importância do “aprender sozinho” em oposição ao conhecimento produzido socialmente são alguns dos principais tópicos defendidos e operados na BNCC. Termos como esses utilizados na escrita do documento confundem o leitor, camuflando seus reais sentidos. Pina e Gama (2020), em seu artigo “Os fundamentos pedagógicos da BNCC” (BRASIL, 2017), ao analisarem o conteúdo da BNCC comparando-o com os documentos da chamada “direita para o social” (DPS), identificam os aspectos mais relevantes dessa política e concluem que a BNCC contempla os principais fundamentos dos organismos empresariais.

Isso significa que foram estes os únicos organismos a atuar junto à sociedade política? Certamente não. Outros agentes organizados da sociedade civil, como Fóruns de Educação, sindicatos e movimentos sociais, marcaram presença na disputa – ou mesmo na tentativa de impedir a formulação – do que viria a ser a BNCC. Entretanto, foram aqueles APH dos grupos dominantes que tiveram o projeto de educação continuado, como já foi visto em tantos outros momentos na história da educação no Brasil.

É raso considerar a legislação tal qual está no papel oficial sem considerar os embates presentes na sociedade civil e suas organizações presentes no Estado, porque o Estado é indissociável dos APHs. Por esse motivo, faz-se necessária uma sólida concepção de Estado para tratar das disputas presentes no campo da educação e, mais especificamente neste trabalho, das posições construídas pelos discentes no movimento estudantil que disputam a elaboração dessas normativas. Dito de outra forma, ao dissertar acerca das posições do Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe) com relação às políticas de formação de professores, evidenciamos uma fração da disputa pelas legislações que regem essa formação. Uma fração que nos é muito valorosa.

O projeto descrito nos documentos elaborados pelo MPEP para a formação de professores tem a ver com um projeto de hegemonia proletária, como veremos no terceiro capítulo, pois defende os interesses da classe trabalhadora. No caso da formação de professores, as disputas se dão nos currículos, na estrutura das universidades e, entre outras frentes, na elaboração de legislações que regulam a formação docente.

Também foram três as produções escolhidas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes que versam sobre as disputas travadas na elaboração de normativas que tratam da formação de professores. Esses trabalhos fazem parte de um segundo levantamento bibliográfico. A escolha por separar dois levantamentos bibliográficos se justifica na escassez de trabalhos que tratem das posições estudantis frente às políticas de formação de professores, por isso uma pesquisa sobre movimento estudantil e formação de professores apresentou resultados já elencados acima e a pesquisa presente, sobre os conflitos na elaboração de políticas de formação de professores, logo abaixo.

A primeira pesquisa é de Santos (2011), que investigou, à luz de Gramsci, o processo de formulação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da graduação em Pedagogia – Resolução CNE/CP 1/2006 – no Conselho Nacional de Educação. Ao analisar os documentos disponibilizados pelo CNE, a autora concluiu que as frações lideradas por setores empresariais dominaram as negociações finais do texto de aprovação. O eixo principal do documento é a flexibilização do trabalho do pedagogo e as habilidades e competências necessárias para

ensinar. Ela ressalta também que os estudantes se posicionaram contrários ao texto, organizando-se sobretudo no 25º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPe) e no VII Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia (FONEPe). Eles foram traídos pelo então Ministro da Educação – que havia firmado acordo de escutar a posição do movimento estudantil – e duramente reprimidos no processo.

Junior (2020) aborda a Resolução CNE/CP 2/2015, que institui as DCNs para formação docente. O autor evidencia os embates na dicotomia entre teoria e prática nos documentos que regulam a formação de professores e defende que a respectiva resolução enxerga a docência como práxis, uma relação dialética entre teoria e prática. Ele ressalta ainda que as alterações no texto original, ampliando sucessivas vezes o prazo para implementação das diretrizes nos cursos de licenciatura, revelam a pressão dos grupos empresariais e financeiros, bem como suas articulações junto aos Conselhos de Educação. A interferência dos conglomerados educacionais foi tão presente que, antes que se encerrasse o prazo para a implementação das Diretrizes, novo Parecer foi lançado com o objetivo de adaptar tais diretrizes à BNCC. Junior (2020) ainda investiga, por meio de entrevistas, como cursos de Licenciatura em Matemática reformulam seus currículos a partir destas normativas e tensões que giram em torno delas.

E, por fim, Lapa (2017) pesquisa sobre a reforma gerencial na educação com base nas obras gramscianas, especificamente sobre a reforma sob o modelo de Gestão Integrada da Escola (GIDE), no Rio de Janeiro, e as reações do Sindicato Estadual de Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) frente a essa política. Para tal, o autor investiga os impactos da implementação da GIDE, o processo de convencimento das entidades que deveriam defender os trabalhadores e as posições e ações do SEPE/RJ.

As três pesquisas acima relatadas têm em comum a identificação dos embates que envolvem a formulação ou implementação de políticas públicas no campo da educação. Esses embates se localizam, sobretudo, entre dois campos: os setores empresariais e os trabalhadores da educação. Dois dos trabalhos evidenciam as posições de entidades sindicais e movimentos sociais em oposição às políticas adotadas pelo Estado.

A pesquisa aqui desenvolvida, em consonância com o levantamento obtido, identifica políticas de educação implementadas e aponta o papel desempenhado por um movimento social na construção, denúncia e luta na arena política. Mais especificamente, a pesquisa investiga o posicionamento do Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe), no período de 2015 a 2020, frente às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação de professores.

No capítulo “Localizando a pesquisa”, o objetivo é apresentar o Movimento Estudantil de Pedagogia, sua regulamentação e seus documentos, tendo como principal foco o Plano de

Lutas, formulado a cada encontro nacional. Além disso, também cabe destaque, no capítulo, às Diretrizes Curriculares Nacionais e seu papel nas políticas públicas de formação docente.

No capítulo “Os documentos”, é possível encontrar a base empírica da pesquisa, com a apresentação das posições estudantis frente às DCNs que versam sobre a formação de professores formuladas em 2006, 2015 e 2019. Mais adiante, no quarto capítulo, evidenciam-se as proposições estudantis para a formação de pedagogos e sua relação com as elaborações gramscianas para a educação. Em “Considerações finais”, pretende-se apontar o valor das contribuições estudantis para a formação docente e os caminhos de luta e resistência.

2 LOCALIZANDO A PESQUISA

2.1 O Movimento Estudantil de Pedagogia

O Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe) existe desde 1980², tendo completado 40 anos em 2020. São raros os documentos encontrados na internet sobre a fundação do MEPe e suas primeiras décadas de existência. O *site* oficial anterior ao atual foi desativado em 2018, por decisão da coordenação nacional do movimento, após conflitos internos. Não é possível mensurar quantas informações acerca de sua história se perderam desde a fundação do MEPe até o atual momento. Hoje, há um *site* oficial disponível no endereço <https://linktr.ee/mepebrasil>³ e, além deste, as informações se difundem em *sites* criados a fim de divulgar os encontros anuais. Também é possível localizar páginas em redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram com o mesmo fim.

O MEPe é regulamentado por um Estatuto que versa sobre a Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe). O Estatuto vigente (2018-2020) – estendido a 2021 pela impossibilidade de encontro nacional devido à pandemia imposta pela Covid-19 – apresenta a carta “O que é Movimento Estudantil de Pedagogia – MEPe?”, na qual explica:

O Movimento Estudantil de Pedagogia – MEPe é um movimento de área presente em todo o Brasil, representado pelos eleitos em plenária final de encontro estadual para a coordenação da ExNEPe. (...) é um movimento ativo e combativo, e composto por vários estudantes de Pedagogia que por sua vez são livres para se organizar fora dele (38º ENEPE, 2018a, p. 1).

Conseguimos compreender, então, que o MEPe possui uma regulamentação para sua representação, propõe-se combativo e é favorável à organização estudantil em outros espaços. A carta continua apresentando os princípios desse movimento – horizontalidade, autonomia, independência e combatividade – e se coloca politicamente no campo da esquerda ao analisar a conjuntura, como no trecho:

São tempos de retirada de direitos, de ataques mais que contundentes à classe trabalhadora e aos horizontes de emancipação humana. A educação, principal foco de discussão e construção do MEPe, sofre anti-reformas oriundas das frações conservadoras, neoliberais e fascistas da direita local e mundial (38º ENEPE, 2018a, p. 1).

² Segundo o *site* do 35º ENEPE. Disponível em: enepe2015.wordpress.com. Acesso em: 02 dez. 2021.

³ Acesso em 02 dez. 2021.

É necessário pontuar que os registros escritos do Movimento não traduzem a totalidade das vozes estudantis, mas sim o resultado das disputas internas. Quando construído de maneira democrática – como defendemos que os movimentos se esforcem por fazer na executiva nacional atualmente –, entendemos que esses documentos conseguem abarcar o resultado dessas disputas com riqueza de ideias e amadurecimento de posições após as defesas das pautas levantadas por cada estudante e entidade.

A caracterização do Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE) se dá mais facilmente por ser o encontro onde as deliberações acerca do movimento nacional ocorrem, portanto, os documentos acerca dos encontros estão em maior número. O evento ocorre uma vez ao ano, e a cada evento é decidida sua próxima sede. Essa sede deve ser uma universidade do País e apresentar condições de receber e organizar o encontro, seguindo os critérios estabelecidos no Estatuto.

Segundo o Estatuto, “O (...) ENEPE, organizado pelo (...) MEPE, é a instância deliberativa máxima da ExNEPE (...)”. Ou seja, o evento anual, que é organizado pelo movimento estudantil, é o maior nível de decisão da executiva. Para o presente trabalho, também vale a pena destacar os objetivos desse importante evento:

Art. 8º O ENEPE terá como objetivo a auto organização e a integração educacional, política, cultural e científica, valorizando a troca de experiência entre xs participantes.

Parágrafo Único. Do ENEPE deverá resultar obrigatoriamente um plano de lutas de construção coletiva, que orientará as lutas dos estudantes de Pedagogia e suas entidades (C.A's, D.A's, Executivas Estaduais e Distrital), o plano de lutas é expresso por meio de documento oficial a ser divulgado em meios oficiais em até 20 (vinte) dias após o evento (38º ENEPE, 2018a, p. 7).

Sendo assim, a materialização da organização do Movimento Estudantil de Pedagogia se dá, em grande medida, pelo Plano de Lutas. É atribuição do ENEPE discutir o Plano Anual de Lutas e suas estratégias de implementação. O documento é elaborado em cada encontro – geralmente aprovado em plenária final – e norteia a política pautada pelos estudantes presentes aos demais estudantes de Pedagogia e entidades.

O Estatuto apresenta que todo encontro deve contar, entre outros momentos, com Grupos de Discussão (GD) na programação. Geralmente, é a partir desses GDs que são tirados os tópicos que irão compor o Plano de Lutas, o que é mais uma medida para democratizar as discussões e formulações estudantis. Por exemplo, o 39º ENEPE contou com 8 GDs, e o GD de Movimento Estudantil levou, além de outros tópicos, o item “Lutar pela manutenção e consolidação da autonomia da universidade pública e pela democracia universitária: paridade

de representativa;” (EXNEPE, 2019, p. 8), que foi aprovado em plenária final como uma das lutas a ser travada nas universidades. Além de um posicionamento dos estudantes acerca da organização do espaço universitário, a proposta é que os estudantes discutam essa proposição no interior dos cursos de Pedagogia País afora.

As atas de reuniões, moções, prestação de contas e outros documentos também são publicados nos *sites* dos eventos e divulgados, mas é o Plano de Lutas o principal documento por ser aquele que norteia as ações do ME durante o ano. Dada a relevância dos Planos de Luta, serão eles os principais documentos utilizados nesta pesquisa para estabelecer a relação entre as disputas travadas pelo MEPE e a formação de professores. Entendemos que, caso haja discussões do Movimento Estudantil de Pedagogia acerca da formação de professores, principalmente no que diz respeito às normativas que regem a formação docente, elas não deixarão de ser sinalizadas nestes documentos.

Mesmo assim, além dos Planos de Lutas, outros escritos desenvolvidos pelos estudantes são importantes e também serão utilizados. São moções, cartas abertas, manifestos e Cadernos de Textos – ou Cartilhas de Estudos, como são intitulados em algumas edições – com artigos que visam aprofundar o posicionamento dos estudantes nos temas em que julgam dar maior atenção e certamente enriquecem a nossa análise.

Não à toa, o trabalho de Zava (2015) identifica as DCNs como documento de referência para olhar para o profissional de Pedagogia: “Como a resolução é o principal marco legal que serve como base para que as faculdades estabeleçam seus cursos, é através dela que farei minha análise sobre o Pedagogo.” (p. 19). Além dela, Vilhagra (2009), Santos (2011) e Junior (2020) dão lugar às Diretrizes em suas produções, seja a de formação em Pedagogia ou formação docente, seja como plano de fundo ou em destaque, compondo o objetivo da pesquisa.

A justificativa que baseia a Resolução CNE/CP 2/2015 é bastante precisa ao apresentar a importância das DCNs que orientam a formação docente:

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais; (BRASIL, 2015, p. 1, grifos nossos).

A formação docente é reconhecida no documento como parte importante do projeto de educação nacional, e as diretrizes que norteiam a formação evidenciam esse projeto. Os cursos de formação de professores, como o curso de Pedagogia, são obrigados a cumprir os pressupostos elencados nas DCNs vigentes. Mesmo que seja conferida autonomia às universidades, elas não estão excluídas do projeto educacional – parte do projeto de nação – brasileiro.

As diretrizes, que na formação de professores são documentos regulados pela Lei 9394/96 e Plano Nacional de Educação (PNE), implicam a reformulação dos currículos dos cursos que versam para atender às novas demandas e normas impostas por aquela resolução. Como uma licenciatura que fez reforma curricular a partir da Resolução CNE/CP 2/2015 precisa fazer outra reforma curricular em consonância com as novas DCNs, dada a homologação da Resolução CNE/CP 2/2019. Ou seja, em menor medida do que os Currículos Mínimos, as DCNs embasam os currículos dos cursos superiores e direcionam um caminho para a formação profissional.

Por esse motivo, compreendemos que a formulação das políticas de formação de professores, incluindo a formulação de diretrizes curriculares, é uma arena de disputas. A partir

do conceito gramsciano de hegemonia, compreende-se que, no capitalismo, vivemos sob a hegemonia burguesa, logo, as leis e normas refletem em muito o projeto burguês de nação. Os aparelhos privados de hegemonia que visam à manutenção da ordem social são incorporados pelo Estado e ocupam lugar nas decisões, como participação em conselhos. A exemplo da configuração da Comissão Bicameral do Conselho Nacional de Educação – responsável pela elaboração da Resolução CNE/CP 2/2019 que instituiu as DCNs – na qual os 10 integrantes são ligados direta ou indiretamente a APHs compostos por movimentos empresariais (EVANGELISTA; FIERA; TITTON, 2019).

A incorporação do empresariado educacional no Estado hoje é esdrúxula, mas não é novidade dada a característica estruturante de dominação burguesa no conjunto da sociedade. Não obstante, Santos (2011) concluiu em sua pesquisa que os setores empresariais dominaram as negociações das DCNs de Pedagogia em 2006, e Junior (2020) evidenciou as articulações desses grupos a fim de emitir pareceres favoráveis à ampliação do prazo para a implementação da Resolução CNE/CP 2/2015, ao mesmo tempo em que buscavam alterar o texto para favorecer seus interesses. É nesse espaço de disputas e importância das políticas de formação docente que se localizam as posições e ações do MEPE.

3 OS DOCUMENTOS

Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir.

Karl Marx⁴

3.1 Metodologia

A análise dos posicionamentos do Movimento Estudantil de Pedagogia com relação às políticas de formação de professores se dá, nesta pesquisa, por meio dos Planos de Luta – documentos aprovados ao final de cada Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia. O recorte temporal inclui os eventos de 2015 a 2020, portanto, o foco é na posição do MEPe frente às DCNs para formação em Pedagogia e outras licenciaturas.

Para localizar os documentos aprovados nas plenárias dos Encontros Nacionais, buscou-se inicialmente aqueles disponibilizados no *site* do MEPe, por meio de *link* atrelado ao perfil no Instagram @mepebrasil⁵. Ali, conseguiu-se localizar o Plano de Lutas dos encontros de 2016, 2017 e 2019. Em *sites* de encontros anteriores, foi possível localizar a Cartilha de Estudos de 2017, o Caderno de Textos de 2015 e os contatos de integrantes das comissões organizadoras de alguns dos eventos. O Plano de Lutas de 2018 foi encontrado por contatos feitos com integrantes e ex-integrantes da coordenação da ExNEPe e, após conseguir este último documento, ele foi enviado às estudantes responsáveis a fim de ser postado no *site* do MEPe. Foram cerca de 13 contatos feitos diretamente com estudantes, principalmente de gestões anteriores da ExNEPe ou de Comissões Organizadores de eventos passados.

É possível que essa movimentação em busca das orientações tiradas a partir de cada encontro tenha contribuído com as procuras de outros integrantes do movimento estudantil por registros escritos. Meses depois das buscas iniciais para esta pesquisa, o *site* do MEPe passou a contar com um número maior de documentos, como diversos registros de FoNEPES e Planos de Lutas de ENEPES, além de alguns dos encontros estaduais.

O Plano de Lutas do 35º ENEPe, ocorrido em 2015 em Curitiba, não foi localizado. Em contato com integrantes da Comissão Organizadora do 35º ENEPe e outros estudantes presentes no encontro, percebeu-se que, na verdade, o respectivo Plano não foi aprovado na plenária final do evento por conflitos pessoais e políticos travados entre os estudantes participantes durante a plenária. Não foi possível ter acesso aos pontos levantados nos GDs que antecederam a plenária, portanto, não há registros desse encontro na presente pesquisa.

⁴ MARX (2008, p. 48).

⁵ Perfil disponível em: <https://www.instagram.com/mepebrasil>. Acesso em 30 dez. 2021.

O 40º ENEPe, que aconteceria em 2020, foi adiado por tempo indeterminado⁶ devido à pandemia de Covid-19 – situação que impede aglomerações, sobretudo no período anterior à vacinação em massa. Portanto, nos anos de 2020 e 2021, não ocorreram encontros nacionais e, conseqüentemente, não há Plano de Lutas que pautem as demandas estudantis deste período. Tal situação não neutraliza as ações dos movimentos organizados de estudantes em seus respectivos coletivos e unidades. A coordenação da ExNEPe focou na comunicação pelas redes sociais e reuniões *on-line* com Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs) para definir as ações do período pandêmico.

Para analisar o material coletado, primeiramente, foram destacados os pontos que abordavam a formação de professores em cada Plano de Lutas. Em seguida, esses pontos foram classificados conforme o tema específico – por exemplo, militarização das escolas, DCN e BNCC. Dessa forma, pôde-se perceber que há um grande número de tópicos de luta do Movimento Estudantil de Pedagogia relacionados à educação básica e à formação de professores.

Com o recorte temático feito – formação de professores –, destacou-se, entre os temas elencados, os tópicos que apresentam as posições do MEPe acerca deste. A princípio, documentos para além dos Planos de Lutas não estariam entre os utilizados na pesquisa. Mas, como poderá ser observado a seguir, são de grande relevância para o desenvolvimento do trabalho por apresentarem com mais detalhes as posições dos estudantes. A análise não poderia prescindir da consideração de outros registros do movimento estudantil já que a pesquisa se propõe a captar as formas próprias do MEPe se posicionar.

Os Planos de Lutas do período 2015-2020 nos levaram a algumas moções, cadernos e cartilhas que referenciam inclusive outras produções desenvolvidas pelo ME em períodos anteriores ao recorte da pesquisa. Por mais que não sejam o foco, estes documentos produzidos pelos estudantes contribuem para a análise das posições do conjunto dos estudantes organizados no MEPe acerca da formação de professores. Mais especificamente os posicionamentos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente.

Os documentos produzidos pelo Movimento Estudantil de Pedagogia e utilizados nesta pesquisa são, em ordem cronológica de produção do documento:

- a. Nota VI FoNEPe (2005)

⁶ Nota de adiamento do 40º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia – ENEPE.

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1otFnIyylzU4RoN3WogfBU4IXzDlhAkQT/view>. Acesso em 5 jan. 2022.

- b. Diretrizes VII FoNEPe (2005)
- c. Caderno de Textos 35° ENEPe (2015)
- d. Plano de Lutas 36° ENEPe (2016)
- e. Projeto do XXI FoNEPe (2017)
- f. Cartilha de Estudos 37° ENEPe (2017)
- g. Plano de Lutas 37° ENEPe (2017)
- h. Plano de Lutas 38° ENEPe (2018)
- i. Estatuto da ExNEPe (2018-2020)
- j. Plano de Lutas 39° ENEPe (2019)
- k. Manifesto em Defesa da Pedagogia (2021)

3.2 O que foi encontrado nos Planos de Lutas

Em todos os Planos de Lutas analisados, foi possível observar a posição do MEPe frente às discussões presentes na sociedade brasileira, sobretudo acerca da educação. Entre assuntos como Educação a Distância, reformas no Ensino Médio e Escola sem Partido, os Planos tratam de temas emergentes nas políticas de formação de professores.

Podemos citar, por exemplo, o debate sobre a regulamentação da profissão do pedagogo, que foi retomado em um momento de grande instabilidade política. O ano de tramitação do projeto de Lei nº 6847-A/2017 se deu no período do golpe de 2016, com um governo ilegítimo e sucessivos ataques aos direitos dos trabalhadores. Os trabalhadores da educação, em específico, além de serem submetidos às retiradas de direitos do conjunto dos trabalhadores brasileiros – como as que vieram por meio da aprovação da “reforma” trabalhista e Emenda Constitucional nº 95 –, também foram submetidos a desmontes que envolvem a própria profissão – como a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) e a BNCC (Resolução CNE/CP 2/2017) – sancionadas pelo então presidente Michel Temer.

Nesse contexto, a regulamentação da profissão do pedagogo é uma roupagem para a valorização do privado em detrimento do público. É um projeto de lei elaborado menos para regulamentar a profissão – o que já está previsto em leis anteriores, como a Lei 9394/96 e Resolução CNE/CP 2/2015 (Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Docentes) – e mais para promover modificações, como a instituição de Conselhos Nacional e Regionais, que, segundo a posição de movimentos de educação, dividem os trabalhadores da educação e interferem na autonomia universitária e dos entes públicos⁷.

⁷ Mais detalhes sobre essa discussão em: 1) nota da CNTE sobre o projeto de Lei n. 6.847/2017, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de pedagogo/a (disponível em:

A questão aparece no Plano de Lutas do 36º ENEPe (2016) da seguinte forma: “31-Discutir coletivamente a temática da regulamentação da profissão do pedagogo, indo contra a máfia desta regulamentação;”. Com a tramitação do projeto na Câmara em 2017, o MEPE destinou um tópico para o tema no Caderno de Estudos e tirou uma Moção de Repúdio, no encontro nacional do mesmo ano, em tom de denúncia da falta de diálogo com os pedagogos e estudantes de Pedagogia. A defesa foi pela autonomia na elaboração dos currículos dos cursos e no exercício da profissão. Nos anos seguintes, o tema continuou aparecendo nos Planos de Luta:

3.5 Articular o MEPE para combater a regulamentação da profissão do Pedagogo e os conselhos regionais e nacionais;

3.6 Realizar uma jornada de lutas contra a farsa da regulamentação (sugestão de data 21 a 30 de junho) (38º ENEPE, 2018b, p. 3).

1. Lutar contra a regulamentação da profissão do pedagogo; (39º ENEPE, 2019, p. 6).

Como é possível perceber, o Movimento Estudantil de Pedagogia não se alienou de uma das principais discussões que giram em torno da profissão para a qual se formam. A tramitação do projeto na Câmara dos Deputados não incluiu a Comissão de Educação – principal Comissão que dispõe sobre o tema – na elaboração do projeto. Devido às incongruências e pressões das entidades e fóruns de educação, que se posicionaram veementemente contrários à regulamentação, o projeto de lei foi arquivado.

Em 2019, o projeto de Lei nº 1.735/2019, com mesmo texto do projeto anterior, foi elaborado e enviado às comissões na Câmara Legislativa. Dessa vez, incluindo a Comissão de Educação entre elas. O projeto segue em tramitação, em posse das comissões para apreciação.

Outro tema recorrente e de longa data nas discussões do Movimento Estudantil de Pedagogia é o das diretrizes curriculares para os cursos de formação de professores. Não são poucos os posicionamentos e enfrentamentos travados pelo MEPE com o Ministério da Educação, o que é contemplado nos planos, nas moções e nos cadernos formulados pelos discentes em seus encontros e por meio das coordenações eleitas.

3.2.1 Resolução CNE/CP 1/2006

<https://www.cnte.org.br/images/stories/2017/Nota%20CNTE%20-%20PL%206847%20Conselho%20Pedagogia.pdf>, acesso em 6 dez. 2021), e 2) mesa: “Regulamentação da profissão do Pedagogo e aproximações com a regulamentação da profissão da Educação Física: ‘eu vejo o futuro repetir o passado?’” (disponível em: https://youtu.be/MO_pXnsWwTk, acesso em: 10 dez. 2021).

A Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura. Na cronologia das resoluções que instituem a formação de professores, esta é a primeira a aparecer nos Planos de Luta do período analisado.

No Plano de Lutas do 37º ENEPe, desenvolvido pelo conjunto de estudantes participantes do encontro, uma referência à Resolução CNE/CP 1/2006 é feita no item “f) Lutar pelo fim do processo contra os 5 estudantes que participaram da manifestação contra a aprovação das DCN da Pedagogia em 2006 no MEC/Brasília.” (37º ENEPE, 2017). Ao observar a referência, procurou-se, em outros documentos do MEPE, mais detalhes das posições dos estudantes – apesar de o item já permitir indicar uma posição contrária às Diretrizes aprovadas naquele ano, uma vez que os estudantes estavam em uma manifestação contrária à aprovação da resolução.

O Caderno de Textos do 35º ENEPe – documento desenvolvido pela coordenação da ExNEPE antes do ENEPE e norteador do encontro do mesmo ano – abordou a formação de professores em 5 dos 10 artigos. Há análises de diversos documentos e programas, como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR). As DCNs de 2006 são citadas em um artigo intitulado “Políticas de currículo, formação e valorização dos profissionais da educação pós-Constituição de 1988: um breve balanço”. Ao abordar a resolução, os autores apontam como positiva a legislação específica para o curso de Pedagogia e a garantia da formação universitária para o exercício da profissão:

A regulamentação das DCN do curso de Pedagogia em norma distinta das DCN dos demais cursos de formação de professores foi, em boa medida, resultado das contradições, debates e embates que engendraram o campo da formação de professores, ao longo da segunda metade dos anos 1990 e primeira metade dos anos 2000 (PALAFOX; SILVA; KLINKE, 2015, p. 34).

Há uma crítica latente com relação à “pedagogia das competências” que, com o passar do tempo, tomou espaço nos textos que regularizam a formação de professores. Além disso, os autores apontaram as normativas existentes até o momento como frágeis e carentes de políticas de valorização profissional. Por ser um percurso histórico, o trabalho focou mais nas alterações trazidas pelas normativas e concepções gerais que norteiam a formação docente do que na análise de um texto específico. Concluiu-se que há uma redefinição no papel da educação na sociedade brasileira:

No entanto, há que se reconhecer, especialmente no campo da formação de professores, que houve um reposicionamento do papel do Estado, no sentido de uma atuação mais ativa e condutora por parte do governo federal frente aos demais entes da federação, expressa, principalmente, na Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (PALAFOX; SILVA; KLINKE, 2015, p. 36).

As DCNs de 2006 aparecem novamente na Cartilha de Estudos do MEPE de 2017, desenvolvida também pela coordenação da ExNEPE em conjunto com a Comissão Organizadora do 37º ENEPE. Em caráter bem menos acadêmico do que os artigos abordados anteriormente, um percurso histórico da luta contra as DCNs é relatado no artigo “Breve histórico da luta dos(as) estudantes de pedagogia contra as políticas imperialistas do Banco Mundial para a educação”:

A resistência estudantil da pedagogia se unificou nacionalmente na maior luta organizada, até então, dos estudantes de nosso curso. A pedagogia denunciou, na época, a relação das diretrizes curriculares com um conjunto de medidas que estavam sendo aprovadas via Medidas Provisórias, como parte do projeto de contra-reforma universitária privatista, que visava beneficiar os monopólios privados do ensino com o aligeiramento e precarização da formação dos professores e pedagogos em nosso país (EXNEPE, 2017, p. 6).

As Medidas Provisórias citadas no texto dizem respeito à instituição e regulamentação do Programa Universidade para Todos (Prouni) – programa que concede bolsas de estudo em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior e que veio a ser transformado em lei pouco tempo depois. Ou seja, os movimentos já mobilizados pela transferência de recursos públicos ao setor privado enxergaram na Resolução CNE/CP 1/2006 mais um passo no favorecimento do setor empresarial da educação.

Em sua dissertação, Santos (2011) aponta as movimentações estudantis à época:

O movimento estudantil, juntamente com a Executiva Nacional de Pedagogia, ao tomar conhecimento da retomada do debate em torno da formulação das DCN de Pedagogia ao final de 2004 e do caráter reducionista do documento inicial, inicia um processo de paralisação de aulas e mobilizações em todo o país até a data da homologação do parecer, em abril de 2006 (p. 48).

A autora ainda evidencia que os estudantes fizeram manifestações em Brasília e no Rio de Janeiro, além de cartas abertas redigidas pelos Centros e Diretórios Acadêmicos Brasil afora. Essas movimentações demonstraram a desaprovação de diversos movimentos estudantis com relação ao processo de formulação das DCNs e seu conteúdo. A pesquisa da autora corrobora os documentos formulados pelo MEPE e utilizados neste trabalho.

Ao final do artigo “Reforma Curricular na Pedagogia e BNCC: implicações na formação e no exercício da profissão do pedagogo”, na mesma cartilha de 2017, a coordenação da Executiva faz referência a uma nota tirada pelo MEPE no VI FoNEPe – encontro aberto a todos os estudantes, que antecede o ENEPe e realizou sua 6ª edição em março de 2005, em Curitiba. A nota, intitulada “Documento de resolução do VI FoNEPe CONTRÁRIO ao Projeto de Resolução do CNE para Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia” denuncia o caráter antidemocrático do projeto de resolução:

O Projeto apresentado, no entendimento do FONEPe é ilegítimo, uma vez que não é precedido por Parecer de uma Comissão de Especialistas como normalmente se faz no âmbito do Conselho ao definir Diretrizes Curriculares Nacionais. Ainda, o projeto foi apresentado pelo Conselho Pleno e assinado pelo Presidente do CNE sem assunção pública, o que demonstra que a aprovação desta Resolução é tomada como fato consumado. (...) Há mais de 10 anos que as entidades e instituições discutem Diretrizes Curriculares para a Pedagogia e todo o acúmulo conquistado até o momento foi simplesmente desconsiderado no Projeto de Resolução apresentado (VI FONEPE, 2005, s/p.).

Os estudantes relacionam a respectiva proposta de resolução ao projeto de Reforma Universitária em curso nos anos do governo petista, que também é repudiada pelo Movimento. Ademais, apontam para as consequências de uma formação aligeirada e com habilitação somente para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, consequências essas que afetam a própria Educação Básica, já que os pedagogos são cientistas capazes de olhar para a educação como um todo e perderiam este caráter com a aprovação da nova Resolução.

Olhando para o texto da normativa, pode-se observar verdadeiras incongruências com as concepções educacionais presentes mesmo em legislação já vigente, como a Lei 9394/96. As posições contrárias à Resolução CNE/CP 1/2006 por parte de movimentos sociais, sindicatos e autores referenciados no campo da educação se fizeram presentes desde o início do processo. Libâneo (2006) escreveu um artigo à época da aprovação das DCNs de Pedagogia. Sob o título “Diretrizes Curriculares da Pedagogia: Imprecisões Teóricas e Concepção Estreita da Formação Profissional de Educadores”, o educador já dá o tom do texto, que critica o conteúdo do documento. Artigos como o 2º, 3º, 4º, 9º e 13 favorecem a docência em detrimento da gestão e pesquisa, vejamos alguns deles:

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I – o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II – a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III – a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. **As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino** (...) (BRASIL, 2006, grifos nossos).

Os incisos I e II do artigo 3º abordam os temas de forma breve, sem especificar a função ou finalidade do exercício profissional (SANTOS, 2011). Além disso, o inciso III do artigo 3º e o parágrafo único do artigo 4º colocam os pedagogos em posição secundária na gestão educacional ao utilizar o termo “participação em”. O que pode ser observado no artigo 4º com relação ao predomínio da função docente permeia todo o texto da resolução. Ademais, o termo “atividades docentes” provoca um entendimento genérico e simplificador do exercício profissional do pedagogo:

A Resolução do CNE, pela precária fundamentação teórica com relação ao campo conceitual da pedagogia, pelas imprecisões conceituais e pela desconsideração dos vários âmbitos de atuação científica e profissional do campo educacional, sustenta-se numa concepção simplista e reducionista da pedagogia e do exercício profissional do pedagogo, o que pode vir a afetar a qualidade da formação de professores de educação infantil e anos iniciais (LIBÂNEO, 2006, p. 848).

A normativa homologada é repetitiva e confusa, trazendo termos gerais e imprecisos. A carga horária configura outra questão de ordem basilar do documento, conferindo extensa carga horária prática e pouca teórica. Além disso, ao não integrar a profissão do pedagogo com docência, gestão e pesquisa de maneira clara, abre brechas para a aproximação dos cursos de Normal Superior e Pedagogia. Tais críticas também são trazidas por Santos (2011):

O artigo 11 carece de informações que delimitem os critérios referentes à mudança estrutural e curricular do curso normal superior para a Pedagogia, estimulando novamente “brechas” para um mercado privado em potencial de cursos mais aligeirados (p. 118).

É possível observar que o Movimento Estudantil de Pedagogia não esteve sozinho em sua oposição ao documento que regula as diretrizes. A dissertação com a qual dialogamos neste tópico apresenta uma relação dos documentos enviados ao MEC com posicionamentos diversos, mas sobretudo contrários à parte ou a todo o texto da resolução, mesmo que não fizessem oposição pública ou discordassem dos fundamentos do texto. A autora concluiu que, com o passar do tempo, “o CNE forjou um consenso na base nacional docente” (SANTOS, 2011, p. 177), favorecendo frações dominantes, o que gerou um texto ambíguo que fortalece a mercantilização da educação.

3.2.2 Resolução CNE/CP nº 2/2015

A Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação não somente de pedagogos e pedagogas, mas também versa sobre os cursos de formação inicial em licenciatura, formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, além da formação continuada.

Os Planos de Luta encontrados no período analisado não apontam para esta resolução de forma específica, não citam sua resolução como citaram outras, mas tratam das DCNs de forma ampla. A opção por acrescentá-los como referência a esta normativa é o ano da elaboração de cada Plano de Luta (2016 e 2017) e o possível retorno do debate sobre as DCNs entre os estudantes dada a aprovação da respectiva resolução, entre a tramitação de outros documentos, como a BNCC.

No Plano de Lutas do 36º ENEPe, ocorrido em 2016 na cidade de Porto Velho-RO, os estudantes presentes no encontro indicam a necessidade do MEPe se posicionar frente às Diretrizes Curriculares:

3. Retomar o debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia e também sobre a Base Nacional Curricular Comum, procurando um posicionamento do MEPe e discutindo suas implicações para nossa formação; (36º ENEPE, 2016, p. 1).

O Plano de Lutas foi levado adiante e, antes que acontecesse o ENEPe seguinte, o XXI FoNEPe contou com discussão acerca do tema. A Comissão Organizadora do evento elaborou a seguinte proposta:

Partindo desses fatos que se inserem no contexto de aplicação das políticas imperialistas do Banco Mundial para toda a América Latina e das discussões que o MEPe realizou no 36º ENEPe, nós da Executiva Mineira dos Estudantes de Pedagogia (ExMEPe) propomos realizar o 21º FONEPe, tendo como objetivo debater nossa formação e o exercício de nossa profissão. (...) Nesse sentido coloca-se como pontos essenciais para se discutir: A Reforma

Curricular das licenciaturas, que inclui a Pedagogia; A questão curricular nacional, ou seja, a Base Nacional Comum e suas implicações para o exercício da profissão do pedagogo (XXI FONEPE, 2017, s/p.).

O evento ocorreu em abril do mesmo ano e contou com mesas e debates acerca do currículo das licenciaturas e BNCC. A mobilização do Movimento para discutir a formação docente é visível, dado o objetivo principal daquela edição do Fórum. Não foi localizado, no *site* do XXI FoNEPe ou entre os documentos disponibilizados no *site* oficial do MEPE, nenhuma ata de reunião ou plenária que tratasse do acúmulo tirado do evento. A Cartilha de Estudos desenvolvida pela então coordenação da ExNEPe em 2017 – e já citada anteriormente neste trabalho – trouxe um posicionamento estudantil acerca da resolução após o XXI FoNEPe:

No 21º FoNEPe, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 29 de Abril e 01 de Maio de 2017, contando com a presença de mais de 170 estudantes e quase 20 entidades de pedagogia de quatro regiões do país, foi discutida a relação entre as medidas mais recentes do imperialismo para a educação brasileira, com destaque para a BNCC e a Reforma Curricular das licenciaturas.

Este é um debate que dá continuidade ao realizado nos anos de 2005 e 2006, na luta contra a aprovação das DCN's de Pedagogia. As atuais DCN's aprofundam o ataque à formação do pedagogo realizado nas primeiras. Retomemos o debate (EXNEPE, 2017, p. 8).

No documento, desenvolveu-se um tópico sob o título “Novas diretrizes de formação de professores (2015): governo tenta aprofundar a precarização e a privatização”. Percebe-se, já pela chamada do texto, que há desacordo dos estudantes com relação à normativa vigente. As críticas estão relacionadas principalmente: à perda de qualidade da formação docente; ao aligeiramento da formação dos professores com os chamados “cursos de formação pedagógica” ou “segunda licenciatura”; à inexigência de nova autorização do MEC para cursos de formação inicial e ao que chamam de um esvaziamento teórico da docência. Além de se posicionar contrariamente ao texto da resolução, a coordenação da ExNEPe relaciona essas críticas com as então aprovadas reforma do Ensino Médio e BNCC, sobre o que afirma:

A ênfase pragmatista do conceito de inovação relacionado ao de docência e o aumento da carga horária prática em detrimento da formação teórica, aliados às outras políticas curriculares em curso (como a BNCC e a contra-reforma do Ensino Médio), implicarão em precarização e desvalorização geral da docência – os professores de todos os níveis serão reduzidos a “dadores de aulas”, com protocolos e conteúdos pré-estabelecidos e um sistema nacional de avaliação para regular, hierarquizar, bonificar e punir as escolas, professores e redes de ensino (EXNEPE, 2017, p. 9).

A “inovação” criticada no texto da ExNEPe se tornou comum no campo da educação. Advindo do setor administrativo, esse termo é utilizado comumente desprovido de sentido e criticidade e geralmente acompanha outros termos genéricos, como “diversificação”, “diversidade” e “sociedade” (SANTOS, 2011). Ademais, a posição dos estudantes representantes do Movimento Estudantil de Pedagogia naquele período foi de denúncia da retirada de autonomia e do aumento da precarização do trabalho dos professores. Já na crescente valorização das “habilidades e competências”, o MEPe aponta os riscos da perda de autonomia docente.

A Resolução CNE/CP 2/2015 versa, além dos cursos de graduação em licenciatura, sobre cursos de segunda licenciatura e formação pedagógica para graduados não licenciados como cursos de formação inicial (Art. 9º, 14 e 15). A normativa regula os respectivos cursos, estabelecendo um mínimo de horas aquém da graduação em licenciatura e sem a necessidade de nova autorização do MEC para funcionarem. É prevista a extinção dos cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados em cinco anos a contar da publicação do documento, todavia, antes que findasse o prazo, a Resolução CNE/CP 2/2019 entrou em vigor e não estabeleceu nenhum tipo de encerramento para este formato de curso.

Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados foram pensados para suprir a demanda por formação pedagógica a professores já atuantes na Educação Básica que não possuíam licenciatura (GATTI; BARRETO, 2009, p. 179). As autoras verificam que vários programas em instituições públicas de ensino cumpriram esse papel e destacam algumas qualidades dos programas que avaliaram. Também apontam que esses programas têm diminuído a oferta, já que a tarefa de formar os professores atuantes foi em grande medida cumprida e os novos professores têm iniciado a atuação profissional com a formação inicial adequada (licenciatura).

Entretanto, essa não é uma realidade nas instituições privadas de ensino superior. Com chamadas como para “impulsionar a carreira e abrir novas oportunidades de trabalho” (ANHANGUERA, 2020) e “O Curso (...) busca atender à expectativa do mercado de trabalho, que cada vez mais impõe a necessidade de uma formação complementar” (CRUZEIRO, s/d.), ou ainda “É uma alternativa valiosa para pessoas que buscam capacitação para lecionar” (UNOPAR, 2021) as instituições privadas ofertam e incentivam esse tipo de formação, que é lucrativa, possui um público-alvo grande e pode ser oferecida em tempo curto, com cursos que podem durar até 6 meses.

Caldatto (2019) – que abordou os cursos de formação pedagógica do programa Profop em uma universidade federal – apontou para a problemática da oferta desses cursos, que foram

distribuídos em sua capacidade máxima e igualitária a todas as regiões de atuação da respectiva universidade, e não conforme a demanda de cada região. Este não é um caso isolado, visto que o Parecer CNE/CP 26/2001 chegou a advertir que a formação pedagógica foi criada para atender uma demanda específica e local, e não para “justificar uma ‘via rápida’ ou ‘alternativa’ aos cursos de licenciatura” (BRASIL, 2001, p. 2). É também nesse sentido o posicionamento do MEPE ao tratar do tema na Resolução CNE/CP 2/2015:

Além disto, as DCN's atuais aprofundam de maneira gritante o processo de privatização do ensino superior e aligeiramento da formação, através dos “cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados” e “cursos de segunda licenciatura”. A concepção de esvaziamento teórico da docência é descaradamente defendida como “solução” para a falta de professores em determinadas áreas do conhecimento (EXNEPE, 2017, p. 9).

A coordenação da ExNEPE conclui o tema com chamada à mobilização. O texto aponta para a luta estudantil, convocando suas entidades e professores companheiros a resistir, estimular o debate nas universidades e comparecer ao ENEPE seguinte. O Encontro Nacional de 2017 – o 37º ENEPE, sediado em Petrolina-PE e ocorrido em julho – teve aprovado em seu Plano de Lutas o seguinte ponto:

b) Radicalizar a luta pela formação do pedagogo unitário, com a mobilização do estudante, formação de DCN's elaboração estudantil do currículo em cada universidade e greves de ocupação em caso de necessidade (37º ENEPE, 2017, p. 8).

Portanto, com uma luta radicalizada, a proposta é de criação de novas diretrizes curriculares mobilizando universidades de todo o País. Tais diretrizes devem atender as posições dos estudantes de Pedagogia, como a defesa do pedagogo unitário, que será abordada à frente. Novas diretrizes estudantis não foram encontradas entre os documentos localizados de anos posteriores, nem referências a algum documento com diretrizes estudantis. Sendo assim, não é possível inferir se houve o cumprimento do item do Plano de Lutas até o momento desta pesquisa.

Os estudantes, ao não olharem para a resolução de forma isolada, relacionando-a com outras políticas em curso e ação estudantil, demonstram que os embates travados pelo movimento são maiores do que uma pauta específica ou resolução. E a normativa é vista de forma a colaborar com o projeto neoliberal em curso, de uma formação cada vez mais técnica e menos científica dos professores. Rico e Ferraz (2020) chamam a atenção para este aspecto das lutas estudantis:

As vivências no movimento estudantil são construídas historicamente, influenciadas de forma direta pela conjuntura mais ampla e pelas pautas políticas relevantes em determinado momento em sociedades específicas (RICO; FERRAZ, 2020, p. 168).

O MEPE, no processo de elaboração das suas posições, considerou seus acúmulos históricos – como as posições frente às Diretrizes de 2006 –, a conjuntura nacional – de elaboração das diretrizes, base nacional comum e regulamentação da profissão do pedagogo somadas ao desmonte dos direitos sociais – e o tempo que ainda deveria ser despendido de mobilização estudantil para o debate, com discussões em suas universidades, estados e regiões.

A dissertação de Junior (2019) considerou positiva a Resolução CNE/CP 2/2015. Sob a concepção da práxis na carreira docente e com pluralidade de vozes presentes na elaboração do texto, os problemas enxergados pelo autor são outros. Para ele, os pontos mais emblemáticos se deram na implementação das DCNs, tanto pelo corpo docente dos cursos entrevistados que apresentavam divergências com a concepção do documento, quanto pela sucessiva prorrogação do prazo para a implementação da normativa nas licenciaturas.

A pressão exercida por diversos grupos, que compreendem a educação em sua função de reiteratividade [entende-se dissociação entre teoria e prática], fez com que a data limite para a implementação da Resolução nº 2 fosse alterada por três vezes, ficando estipulada para 22 de dezembro de 2019 (JUNIOR, 2019, p. 95).

Outros educadores e movimentos referem-se às DCNs de 2015 como conquista para o campo da educação, considerando ser este um documento elaborado com a participação e apoio de diversos setores. É o que defende o texto de posicionamento das entidades nacionais sobre o Parecer e a Minuta do que veio a se materializar na Resolução CNE/CP 2/2019, assinado por 33 entidades e fóruns de trabalhadores e pesquisadores da educação.

Importante salientar que as entidades nacionais que subscrevem esta nota, em diversos momentos, participaram de audiências e reuniões no CNE, contribuindo, de forma crítica e construtiva, para a edição de normativas, com destaque para a Resolução CNE/CP nº 02/2015, em que tiveram papel de interlocutoras propositivas (POSICIONAMENTO, 2020).

Em outro artigo, ao analisar as DCNs de formação de professores, os autores identificam que, entre as Diretrizes para a formação de docentes já aprovadas – 2002, 2015 e 2019 –, a Resolução CNE/CP 2/2015 foi a que conferiu maior valorização profissional. A fundamentação crítica do documento, a articulação entre formação inicial e continuada e o aumento da carga horária para a formação docente foram os pontos positivos destacados (FICHTER FILHO; OLIVEIRA; COELHO, 2021).

Na construção das DCNs, o CNE contou com uma Comissão Bicameral – com integrantes da Câmara de Educação Básica e de Educação Superior – com discussões correntes de 2004 a 2014, passando por ao menos sete composições de conselheiros, já que a renovação é periódica. Algumas das propostas formuladas pela comissão foram submetidas a discussões públicas, como o Seminário sobre Formação de Professores e reuniões ampliadas do Conselho, além de participação de conselheiros em seminários e eventos promovidos por entidades. Depois de propostas e audiências públicas, em junho de 2015, a resolução foi homologada (DOURADO, 2015, p. 303).

Apesar da necessidade inegável de importantes alterações da Resolução nos pontos elencados pelos estudantes de pedagogia, o processo de elaboração das DCNs contou com maior participação de organismos da classe trabalhadora, de aparelhos privados de hegemonia que atuam em favor da classe dominada, do que a Resolução CNE/CP 1/2006, que teve menor participação de organismos, como evidenciado por Santos (2011) nos documentos anexos deixados de lado na construção daquelas diretrizes.

O trabalho de Dourado (2015) não apresenta a que entidades ou APHs os conselheiros da Comissão à época estavam ligados. A conjuntura nacional apontava, já em 2015, para o acirramento da crise política, mas a presença de diversas universidades federais, associações e conselhos – tanto com organismos orgânicos à classe trabalhadora quanto orgânicos à classe dominante – em uma elaboração longa e participativa, concebeu avanços no campo da educação.

No que se refere à formação docente, o Plano de Lutas do ENEPe de 2018 teve foco na luta contra a regulamentação da profissão do pedagogo e, em 2019, o Plano contou com lutas gerais no campo educacional e itens voltados à organização estudantil para abordar melhor o tema da formação de professores. As DCNs deixaram de ser pauta direta da luta estudantil, voltando a ser citadas em 2021 com foco nas novas diretrizes, aprovadas no fim de 2019.

3.2.3 Resolução CNE/CP 2/2019

Mais recentemente, a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, foi aprovada pelo atual governo. Trata-se das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, além de instituir uma Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, chamada BNC-Formação.

Não há, nos Planos de Luta desenvolvidos pelo MEPe durante os encontros nacionais, posição sobre essas DCNs. Uma hipótese levantada nesta pesquisa é que, na data da aprovação da resolução (dezembro de 2019), o encontro daquele ano já havia acontecido e, como as

discussões do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram aligeiradas, não foi possível tirar posicionamento no ENEPe 2019 – que ocorreu em julho de 2019 –, apesar de já haver proposta para a Base Nacional Comum de Formação de Professores transitando em Brasília desde 2018 (EVANGELISTA; FIEIRA; TITTON, 2019). Além disso, não havendo encontro nacional posterior ao 39º ENEPe, as discussões acerca do tema também ficaram limitadas.

Por outro lado, o momento pandêmico não foi justificativa para interromper as ações do ME. A atuação nas redes sociais aumentou e, além disso, aconteceram reuniões periódicas entre a coordenação da ExNEPe e os CAs e DAs. As reuniões foram convocadas com pautas de organização das atividades mês a mês e, a partir destas, surgiram as instruções para a criação dos conteúdos nas redes sociais. Algumas das atas das reuniões estão disponíveis no *site* do MEPe.

Rolando o *feed* do Facebook oficial do MEPe, foi possível observar que as postagens entre abril de 2020 e dezembro de 2021⁸ se concentraram, principalmente, em três temas:

1. resgate da memória do MEPe, com postagens de encontros anteriores e relatos de estudantes e ex-estudantes;
2. datas comemorativas, nas quais os estudantes publicaram posicionamentos, relatos pessoais e citações de educadores, como no dia do orgulho lésbico, do estudante e da infância;
3. notas, principalmente de repúdio a um movimento social que compôs o MEPe, mas também notas de defesa do adiamento do Enem em 2020 e adiamento dos eventos do MEPe que ocorreriam em 2020 – como o 24º FoNEPe e o 40º ENEPe.

A última publicação do MEPe em seu Facebook, em 2021, data de 13 de novembro de 2021 – mesma data e *post* da última publicação também no perfil do Instagram –, e é um texto intitulado “Manifesto em Defesa da Pedagogia como Ciência da Educação e contra os cortes da Educação Pública, PIBID e Residência Pedagógica: Abaixo a BNC-Formação e BNCC neoliberais e anticrítica!”. O manifesto está escrito em dez imagens, com texto e figuras ao fundo, e condena veementemente as políticas educacionais adotadas nas últimas décadas, sobretudo nos últimos anos.

A coordenação da ExNEPe, que assina o manifesto, relembra o histórico de luta do MEPe contra as DCNs:

⁸ A última postagem no Facebook anterior a abril/2020 é de julho de 2019, ainda tratando da convocação para o 39º ENEPe que aconteceria naquele ano. Com o início da pandemia e o adiamento dos eventos, a página do Facebook voltou a ser utilizada, e uma conta no Instagram foi criada justamente em abril de 2020.

Relembramos que desde as DCN de 2006 que visavam uma formação fragmentada, a ExNEPE se colocou como linha de frente ocupando e formando fileiras em todo o país defendendo a concepção de **PEDAGOGIA UNITÁRIA** e como **CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**. Após tantos anos, reforçamos nosso posicionamento e compreendemos que na última década, há um avanço projetado de desmonte para a educação pública como um todo, em especial o Ensino Superior (...) (EXNEPE, 2021, p. 3, grifos próprios).

Além de os estudantes permanecerem em seu posicionamento contrário às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2006, evidenciam o alarmante desmonte que a educação vem sofrendo nos últimos anos. As DCNs de 2015 não são nominalmente citadas, tendo lugar de destaque a BNCC e, especialmente, as DCNs de 2019.

Lembramos aqui também que desde 2015 renunciamos a BNCC em sua estrutura, forma e incorporação, sendo um dos maiores problemas para a educação básica.

Junto desde arcabouço de desmontes para a educação, há os ataques diretos aos cursos de licenciatura, que, desde 2014 começam a sofrer abalos em seus programas base como o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), e posteriormente a Residência Pedagógica (EXNEPE, 2021, p. 4-5).

Na segunda parte do texto, os estudantes citam diretamente a Resolução CNE/CP 2/2019. A ExNEPE indica a adequação da formação docente à BNCC e à BNC-Formação como os principais objetivos das DCNs e enumera o que estaria por trás de alguns dos tópicos presentes na Resolução. Além disso, critica o esvaziamento da formação docente por meio das formações rápidas, agora ainda mais rápidas:

As ameaças e interesses são diversos, uma vez que tais postulados revelam os seguintes enunciados: formação para o empreendedorismo, reforço do Ensino Religioso não laico, introdução à educação à distância de forma demasiada, formação na perspectiva das habilitações dos anos 1970/1980, abertura para a formação de qualquer graduado em áreas “afins” realizarem curso aligeirado e garantir a licenciatura, bem como os aligeiramentos formativos do que eles denominam de “licenciaturas inovadoras”, mas que aqui compreendemos como um **ESVAZIAMENTO DA FORMAÇÃO FUNDAMENTADA, EXPERIENCIADA e UNITÁRIA** da pedagogia (EXNEPE, 2021, p. 7, grifos próprios).

A “dimensão do engajamento profissional” (BRASIL, 2019) presente na respectiva resolução dá o tom “empreendedor” do discurso hegemônico atual, com a individualização da responsabilidade pela formação no próprio professor e com atribuições vagas, pessoais, empíricas e não científicas, como podemos ler nos trechos “Engajar-se em práticas e processos de desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais e intrapessoais” e “Assumir a responsabilidade pelo seu autodesenvolvimento” (p. 19).

O Capítulo VII da respectiva resolução coloca a gestão educacional como algo “acoplado” à graduação em Pedagogia com “horas adicionais”, e não como parte integrante e indissociável do curso e da profissão do pedagogo, como era encarado anteriormente. O que, somado à separação entre professores multidisciplinares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, configura-se como nova roupagem para as antigas habilitações.

O tempo de formação em segunda licenciatura apresentou significativa redução, assim como o tempo de formação pedagógica para graduados não licenciados. A distribuição das horas despendidas nesses cursos é basicamente para o chamado “conhecimento pedagógico” e a prática pedagógica, ambos não especificados, o que foi denunciado pelo MEPE como um esvaziamento da formação. O termo “inovação” e suas variações, como “metodologias inovadoras”, aparece em diversos trechos do documento. O MEPE já apontou questões com o uso dessa palavra na resolução anterior, na Cartilha de Estudos de 2017, e a crítica se repete no manifesto de 2021 de maneira mais intensa.

A ExNEPE conclui o texto do manifesto convocando todo o MEPE a se somar aos movimentos em defesa da educação e dos programas de formação, e para a construção de Fóruns Estaduais e Nacional em defesa da Pedagogia. Também propõe o dia 30 de novembro como um dia nacional de luta em defesa da Pedagogia, do PIBID e da Residência Pedagógica.

Evangelista, Fiera e Tilton (2019), na ocasião da aprovação da Resolução CNE/CP 2/2019, apontam para o que chamaram de “sentidos fundamentais” das diretrizes:

1) elas são importantes para a formação da mentalidade do professor por meio de conteúdos, métodos de ensino e material didático em sentido amplo, incluídos aqueles destinados à modalidade EaD; 2) elas são importantes por materializarem a reforma curricular da Educação Básica (BNCC) nas licenciaturas, retornando ao chão da escola mediante o trabalho docente; 3) elas são importantes por constituírem – no nível superior e no básico – um vastíssimo mercado, cativo, de produtos educativos que vão de material didático à bolsa de estudos; 4) os três sentidos anteriores articulam-se organicamente ao quarto: elas são importantes porque concretizam na formação e no trabalho docente nervos centrais – ao lado de outros – para a formação da classe trabalhadora no Brasil (s/p.).

As DCNs e BNC-Formação regulamentadas no documento contribuem para reduzir a autonomia dos professores da formação ao exercício profissional, na contramão das demandas e reivindicações dos movimentos docentes e estudantis. Os conglomerados e as empresas que enriquecem com a educação brasileira se veem ainda mais beneficiados por essa política, uma vez que não é eventual sua participação ativa e quase exclusiva na tramitação do texto.

A composição do CNE na aprovação das mais recentes DCNs contou com ao menos cinco conselheiros ligados ao Todos pela Educação (TpE) e oito ligados ao Movimento pela

Base Nacional Comum (MBNC), entre ligações com diversas outras associações e entidades que defendem os interesses do setor privado de educação (s/p.). Esse quadro evidencia a incorporação dos aparelhos privados de hegemonia da burguesia no Estado. A ampliação seletiva do Estado privilegia os APHs da classe dominante, o que leva à formulação de políticas que os favoreçam, mantendo sua hegemonia.

A política de formação de professores posta pela Resolução CNE/CP 2/2019 objetiva diminuir a autonomia das universidades na formulação dos currículos e, por consequência, formatar o exercício docente, reduzindo-nos – como o MEPe denunciou – a “dadores de aulas”. Porque no fim, o objetivo é maximizar os lucros nos cursos universitários – com redução de tempo e conteúdo –, nas escolas – com venda de materiais, cursos e outros produtos – e na formação da classe trabalhadora – que, ao sair da escola, ocupará os postos de trabalho tendo o menor contato com a produção científica e maior volatilidade possível.

4. AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DEFENDIDAS PELO MEPE

Não se trata de proclamar uma utopia e dizer – “nós temos uma fórmula, graças a esta fórmula vamos produzir a nova escola, e esta vai gerar a nova sociedade, que, por sua vez, formará a nova geração”. Isso tudo é conto da carochinha. Já se acreditou nisso, não só no Brasil, como também na Europa e nos Estados Unidos. A realidade é que as transformações são conquistadas a duras penas. Os professores entram, agora, nas mais difíceis condições de uma nova era, tal como está acontecendo com os proletários.

Florestan Fernandes⁹

O que os estudantes de Pedagogia organizados no MEPE defendem? A defesa do pedagogo unitário aparece em diversos Planos de Lutas e é de tradição do MEPE. Além de trechos já evidenciados nos tópicos anteriores, essa posição é reiterada em outros momentos nos Planos de Lutas:

4- **Defesa da formação unitária**, política e científica do pedagogo, defendendo a indissociabilidade entre docência, pesquisa e gestão e a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão nas IES; (36º ENEPE, 2016, p. 1).

j) Lutar por fazer das escolas de aplicação campo de estágio para **garantir articulação entre teoria e formação unitária do pedagogo**; (37º ENEPE, 2017, p. 8, grifos nossos).

Ao não observarem suas reivindicações contempladas nas resoluções que regulam a Pedagogia e demais licenciaturas, os estudantes apontam o que defendem. Na Cartilha de Estudos formulada em 2017, supracitada, escrevem o artigo “A defesa do pedagogo unitário e da formação científica”, no qual divulgam os principais pontos defendidos pelos estudantes desde a primeira elaboração de princípios para diretrizes curriculares próprias em 2005. O documento explica o que é entendido como “pedagogo unitário” e completa:

Defendemos a formação do pedagogo unitário, ou seja, da indissociabilidade entre docência, pesquisa e gestão, formado em universidades públicas assentadas no tripé ensino/pesquisa/extensão (...) Entendemos que o bom professor é aquele que estuda o processo educativo como um todo, que a docência, ou seja, a relação ensino/aprendizagem – professor/aluno, deve estar assentada em uma sólida formação científica (EXNEPE, 2017, p. 11).

Para o MEPE, não há como garantir o direito à educação sem olhar para a formação de professores. A formação científica e a percepção ampla da educação pelos futuros professores é essencial para o bom exercício da profissão. Vilhagra (2009), que pesquisou a Executiva

⁹ FERNANDES (2019, p. 89).

Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo em sua monografia, traz a posição dos estudantes acerca da formação do pedagogo, formulada no encontro estadual:

“Conseguimos assim, formular até esse momento, a defesa do pedagogo ‘unitário’ (bacharelado + licenciatura plena), sempre atrelando a base de sua formação a um tripé fundamental: docência, pesquisa e gestão, para que o egresso possa trabalhar e pesquisar em todas as áreas. Reconhecemos espaços escolares e não-escolares de atuação profissional.” (EEEPe – SP, 2006b). A análise do referido documento indica claramente que, para as(os) estudantes é muito importante a qualidade do profissional formado, que precisa saber ensinar, pesquisar, para desenvolver conhecimento; e gerir, saber dos procedimentos da escola (VILHAGRA, 2009, p. 68).

Santos (2011) também identifica, nas disputas pela elaboração das DCNs de 2006, a defesa do pedagogo unitário, suas origens e conflitos. A autora cita a professora Sônia Guariza Miranda, professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e as bases marxistas da concepção unitária do pedagogo como referências da formulação estudantil (p. 155-156). A reivindicação estudantil levada sob a bandeira da “pedagogia unitária” foi levantada em 2005, nas discussões provocadas pela conjuntura das DCNs de 2006, e é carregada até hoje, conforme apresentado no Manifesto em Defesa da Pedagogia, publicado em 2021.

À época da tramitação das DCNs de 2006, os estudantes formularam eixos para diretrizes curriculares nacionais próprias no VII FoNEPe – realizado em novembro de 2005 – a fim de nortear as discussões com o Ministério da Educação. Esses eixos são retomados na Cartilha de Estudos do MEPE de 2017, na qual o *link* para a versão completa é disponibilizado. A formulação não foi finalizada, sendo assim, o MEPE não apresentou o documento ao MEC, porque os estudantes entenderam que precisavam de mais encontros para amadurecer e elaborar a proposta. Com a aprovação da Resolução CNE/CP 1/2006, não voltou-se a discutir as DCNs próprias do movimento estudantil. Já indicamos em tópicos anteriores que os estudantes aprovaram, em Plano de Lutas, a necessidade de nova formulação de diretrizes estudantis para a formação de professores, mas que isso não chegou a acontecer até a feitura desta pesquisa.

De toda forma, não poderíamos deixar de destacar o acúmulo estudantil para a formulação de diretrizes curriculares. Foram elencados 48 tópicos, divididos em nove partes, que versam sobre as próximas ações dos estudantes de pedagogia frente às DCNs, estágios e práticas, docência, pesquisa, gestão, tempo de duração do curso e de implementação, inclusão e princípios norteadores das diretrizes. Destes últimos, destacamos os seguintes pontos:

9. Ter como eixo da formação do pedagogo a indissociabilidade entre docência, gestão/organização democrática dos processos educativos e pesquisa não hierarquizados;

10. Em defesa da formação plena, unitária e não fragmentada do pedagogo;
11. Por uma educação pública gratuita e que sirva ao povo;
12. Indissociabilidade entre a teoria e a prática no fenômeno educativo; (...)
14. Indissociabilidade entre licenciatura e bacharelado; (...)
16. O curso de pedagogia deve ter, ao mesmo tempo, uma base nacional comum de formação e outra parte diversificada, para que o estudante e as instituições desenvolvam as necessidades de cada região; (...)
18. Defesa da concepção sócio-histórica na formação do pedagogo, que entende o ser humano como sujeito histórico transformador; (VII FONEPE, 2005, p. 1).

Ao olhar para os documentos, é possível compreender que se trata de uma formação única a todos os pedagogos, sem habilitações distintas ou separação entre bacharelado e licenciatura. Além disso, preza pela indissociabilidade da docência, pesquisa e gestão na formação. A defesa da educação pública e sua reivindicação para a classe trabalhadora é reiterada nos documentos mais recentes produzidos pelo MEPE (36º ENEPE, 2016; EXNEPE, 2017; 37º ENEPE, 2017; 38º ENEPE, 2018b; 39º ENEPE, 2019).

Entretanto, nos documentos formulados e utilizados nessa análise, não houve momentos de grande aprofundamento acerca dos conceitos defendidos, incluindo a pedagogia unitária. É possível que os debates construídos nas mesas e plenárias não estejam documentados. Mas o que se vê, sobretudo, são indicações de temas a serem debatidos e melhor elaborados, palavras de ordem e citações sobre as formulações estudantis em textos que abordam assuntos mais amplos.

Santos (2011) identificou, em entrevista com estudantes de pedagogia e integrantes da ExNEPE, que a pedagogia unitária pode se relacionar com a escola unitária de Gramsci, apesar de não ter sido uma posição elaborada (ob. cit, p. 169). Também defendemos a relação das posições estudantis com o autor outrora apresentado por observarmos um diálogo entre as posições. Gramsci discorre, nos Cadernos do Cárcere¹⁰, sobre o que chamou de “Escola Unitária”. A escola unitária em Gramsci versa sobre a escola do socialismo, a escola do processo revolucionário. Em suas bases, encontra-se o fato de que a subjetividade do ser humano se dá nas relações sociais, e não em uma suposta “natureza humana”, como preconiza a escola burguesa.

A consequência desse princípio é a de que todos os seres humanos são intelectuais no sentido de que todos possuem capacidade intelectual, utilizam seu intelecto, mesmo no trabalho

¹⁰ Principalmente os Cadernos 4, 5, 6 e 12.

mais manual, e inclusive fora da ação laboral, nas demais relações que estabelece no cotidiano e ao longo da vida. Sendo assim, a distinção *Homo sapiens* e *Homo faber*, estabelecida na escola burguesa – com escolas para as elites e escolas para a massa trabalhadora, escolas que formam seus estudantes para adentrar a universidade, dirigir empresas, atuar em altos cargos da administração pública e privada, e escolas que formam mão de obra imediata, barata, a exemplo recente da reforma do Ensino Médio – deve acabar. Nesse aspecto, a defesa do MEPE, assim como a do marxista, é por uma escola do povo, uma escola que sirva ao povo e que – melhor elaborado por Gramsci – não faça distinção na educação entre quem deve pensar e quem deve fazer, porque justamente essa separação não é possível (GRAMSCI, 1982, p. 6).

Outro aspecto fundante da escola unitária deve ser a ciência, porque a ciência enfrenta o senso comum presente na sociedade, confronta os dogmas que adquiridos desde a mais tenra idade, na socialização no sistema capitalista, e os contrapõe com o conhecimento científico construído pela humanidade ao longo da história. É uma passagem para a “consciência crítica”, adquirindo um pensamento coerente e sistemático (p. 169). No mesmo caminho de valorização da ciência, o MEPE defende que a formação docente deve, obrigatoriamente, incluir a produção e socialização do conhecimento científico (FONEPE, 2005, p. 3) e “Valorizar a formação científica no curso de pedagogia, através das reformulações dos currículos.” (37º ENEPE, 2017, p. 8).

A indissociabilidade entre teoria e prática, defendida também pelos estudantes no que diz respeito à formação docente, é uma influência do campo marxista e apontada por diversos pensadores da educação (FREIRE, 2019; SÁNCHEZ-VÁSQUEZ, 1990; IMBERT, 2003). Gramsci formula a “filosofia da práxis” defendendo que há um vínculo inseparável entre teoria e prática e, ao tratar da escola unitária, aponta para uma relação mais estreita entre a escola e o trabalho, o que também o é entre a teoria e a prática, sendo esse estreitamento um processo histórico que está em construção (MONASTA, 2010).

A tentativa burguesa de excluir os professores do trabalho intelectual, como meros aplicadores de métodos, materiais e códigos de competências e habilidades, aumentando o tempo curricular de prática em detrimento da teoria – como denunciado pelo MEPE em diversas oportunidades (PALAFOX, SILVA, KINKLE, 2015, p. 31-32; EXNEPE, 2021, p. 4) – pretende marcar a separação entre teoria e prática, entre quem pensa e quem faz, desde a formação dos professores até a formação da classe trabalhadora.

No Plano de Lutas do 36º ENEPE, os estudantes aprovaram a seguinte pauta de luta: “38- Lutar em defesa da escola pública, laica e vinculada ao trabalho produtivo;” (36º ENEPE, 2016, p. 3). Aqui há outra convergência, Gramsci critica a escola de sua época com relação à

sua subordinação ao emprego, mas defende que a escola ande junto com o trabalho porque isso interessa aos trabalhadores (MONASTA, 2010, p. 56-58). O autor bebe da fonte da Escola do Trabalho da Revolução Russa. Assim como para os estudantes, a escola pública é defendida pelo filósofo italiano:

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas (GRAMSCI, 1982, p. 121).

Por fim, Gramsci discorreu pouco acerca da formação de professores, mas compreende que o professor possui função de intelectual na sociedade e, sendo assim, contribui para a manutenção ou alteração da hegemonia. Além disso, enxerga o conjunto dos professores em sua totalidade, como uma fração da classe trabalhadora que tem como objetivo a formação de crianças e jovens, são organizadores da cultura (LEHER, 2021). O papel do professor é estar ao lado do aluno, de maneira próxima e colaborativa (GRAMSCI, 1982, p. 21).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.

Paulo Freire¹¹

O trabalho aqui desenvolvido apresentou as contribuições do Movimento Estudantil de Pedagogia com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia e demais licenciaturas. Compreendemos que o Movimento Estudantil, não só de Pedagogia, tem participado e, por vezes, introduzido pautas para os movimentos em prol da democratização do País. As análises dos documentos foram feitas a partir da concepção gramsciana de Estado e seus desdobramentos e de E. P. Thompson para pensar o fazimento da consciência de classe.

O MEPe é um movimento de curso e de base, tendo como foco a luta em defesa da educação. A pesquisa evidenciou que os estudantes não se furtaram de assumir posicionamentos e ações em diferentes momentos da conjuntura política. Os balanços feitos em cada momento e a ênfase maior ou menor nos ganhos e nas perdas aparecem em documentos, como os Cadernos de Textos, conforme as correntes políticas se sobressaem e são eleitas para a coordenação da ExNEPe ou sediam os eventos, como FoNEPes e ENEPes. Todavia, os ENEPes se configuram como eventos democráticos nos quais os estudantes colocam suas proposições e definem parâmetros de lutas nacionais, embora sejam espaços que possuem conflitos, controvérsias e disputas entre coletivos e perspectivas políticas e pedagógicas.

Os textos desenvolvidos para além dos Planos de Luta foram trazidos para esta pesquisa por acreditarmos que um maior número de produções dos estudantes enriquece a análise e amplia o olhar sobre as posições estudantis. As posições do MEPe apresentam sutis diferenças ao longo do tempo, o que evidencia a pluralidade de forças políticas presentes, mas também o valor da trajetória do Movimento, que, mesmo sendo composto por diferentes estudantes, demonstrou constância na denúncia das políticas imperialistas e reafirma, dia após dia, a defesa do pedagogo unitário.

A maior ou menor abertura do Estado para os aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora, em momentos mais ou menos democráticos, implica políticas públicas favoráveis ou desfavoráveis aos interesses dos profissionais da educação. Por terem objetivos diferentes para o povo, ou seja, por apresentarem diferentes projetos de hegemonia, os APHs disputam as

¹¹ FREIRE, 1987, p. 107.

concepções e normativas educacionais que regem a formação de professores e a Educação Básica.

Dadas as atuais leis e normas que regem a formação de professores, são vários os documentos desenvolvidos pelas entidades docentes que reagem negativamente à Resolução CNE/CP 2/2019 (POSICIONAMENTO, 2020; ANFOPE, 2021; ANPED, 2021), entre outros, que defendem a retomada da Resolução CNE/CP 2/2015 e denunciam o caráter antidemocrático do contexto de aprovação das novas DCNs. Além disso, criticam o conteúdo do documento, que concebe uma formação reducionista, padronizada, instrumentalizada e mercadológica, em total desrespeito às discussões e aos acúmulos anteriores. Os estudantes se somam nessa posição, em defesa da autonomia docente e da escola pública, contra os interesses mercadológicos traduzidos na respectiva resolução com o lançamento do Manifesto (2021).

Mesmo que tenham sido poucas as elaborações estudantis acerca da proposta de diretrizes curriculares, foi possível estabelecer pontes entre as proposições do MEPE e formulações de Antonio Gramsci. Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir para o aprofundamento das concepções estudantis acerca da formação e profissão docente. Mesmo que a escola unitária do marxista italiano só seja praticável em um processo revolucionário – já que caminha no sentido contrário das bases da escola burguesa de formação –, é necessário defendê-la e concebê-la hoje.

A escola unitária pretende abolir a educação que forja uma condição de subalternidade. Ninguém deve ser formado para ser submisso, dirigido, para fazer e não pensar. Portanto, o objetivo da escola unitária é formar a todos como dirigentes, que são capazes de ser e de controlar os dirigentes. Se a burguesia forma seus próprios dirigentes e especialistas, é necessário que a classe trabalhadora forje seus próprios quadros nesse momento a fim de se preparar para a revolução.

É por esse motivo também que a defesa que os estudantes fazem da formação docente e da educação brasileira hoje não deve ser deixada para depois. Não é utópica, tampouco impraticável. Se, no atual momento histórico, a defesa de uma formação docente e escolar que sirva ao povo é importante para a formação daqueles que militam no movimento estudantil por meio da experiência que os formam (JUNIOR, 2011), faz-se necessária a ampliação de sua defesa. A concepção da escola unitária, mesmo em um período não revolucionário, cumpre a função de forjar alternativas para a formação humana, de abrir brechas para o futuro. A escola formulada por Gramsci não pretende provocar alterações apenas no âmbito escolar, mas em toda a vida social (GRAMSCI, 1982, p. 125).

O que há em comum em todos os momentos nos quais o MEPe se posiciona é a convocação para a luta, resistência e autonomia. Se quem ocupa os espaços na escola e é responsável por formar as novas gerações são os educadores, os ataques à sua formação são enormes. Mas também grandes são as resistências e estratégias para criar possibilidades de exercer a profissão. Aos APHs da classe trabalhadora cabem, sobretudo, as lutas sociais.

REFERÊNCIAS

36º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 2016. **Plano de Lutas Aprovado-Eixo 1**. Porto Velho, 23 jul. 2016.

37º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 2017. **Caderno de Moções e Plano de Lutas do 37º ENEPe**. Petrolina, set. 2017.

38º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 2018a. **Estatuto da ExNEPE 2018-2020**. Maceió, 2018.

38º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 2018b. **Plano de Lutas – 38º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia**. Maceió, 10 jun. 2018.

39º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA, 2019. **Plano de Lutas**. Goiânia, 2019.

ANHANGUERA. Formação pedagógica para não licenciados: 5 motivos para fazer. **Anhanguera** [online], 25 ago. 2020, atualizado em 2 set. 2021. Disponível em: <https://blog.anhanguera.com/formacao-pedagogica-para-nao-licenciados/> Acesso em 26 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANPED, 2021. OFÍCIO Anped-112/2021, Rio de Janeiro: 24 nov. 2021. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/mocao_15_oficio_anped_112-2021_mocao_de_repudio_as_normativas_do_cne-mec_referentes_a_formacao_inicial_e_continuada_de_professoras_e_professores.pdf Acesso em: 26 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-ANFOPE, 2021. Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação: Resistências propositivas à BNC da Formação inicial e continuada. ANFOPE [online], 1-5 fev. 2021. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2021/04/20%E2%81%B0-ENANFOPE-%E2%80%93-Documento-Final-2021.pdf> Acesso em: 26 jan. 2022.

ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.847-A, de 2017**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9DA0E40EFD97379CA2B17D64F5D9C4A5.proposicoesWebExterno2?codteor=1577096&filename=Avulso+-PL+6847/2017. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1735, de 2019**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Pedagogo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0FBD38B4FB8083E99C72392CD7D0F3AC.proposicoesWebExterno2?codteor=1742531&filename=Avulso+-PL+1735/2019. Acesso em: 19 dez. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 26/2001**. Consulta, tendo em vista a Resolução CNE/CP 02/97, que dispõe sobre os programas especiais de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília, DF: CNE, 2 out. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp26_01.pdf Acesso em 25 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP/1/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. MEC: Brasília, 15 maio 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP/2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. MEC: Brasília, 1 jul. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman &view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP/2/2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). MEC: Brasília, 20 dez. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 10 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE nº 776/97**. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 3 dez. 1997.

BRASIL. Texto Anexo – Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil e Ensino Fundamental. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 15/2017**. Brasília, DF, 2017.

CALDATTO, Marlova Estela. Formação pedagógica para não licenciados: a implementação por uma universidade federal. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 60-84,

jan./mar. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/3S9JZWf67zXP9BZhkhKMnjh/?lang=pt#> Acesso em: 24 jan. 2022.

CRUZEIRO DO SUL VIRTUAL. Form. Ped. Grad. Não Licenciados – Português. **Cruzeiro do Sul Virtual** [online]. Disponível em:

<https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/form-ped-grad-nao-licenciados-portugues/> Acesso em: 26 jan. 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/?lang=pt#> Acesso em: 30 jan. 2022.

EVANGELISTA, O.; FIEIRA, L.; TITTON, M. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. **Universidade à Esquerda** [online], 14 nov. 2019. Debate.

Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/?p=7969> Acesso em: 20 jan. 2022.

EXECUTIVA MINEIRA DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-EXMEPE, 2017. **Projeto do 21º FoNEPe**: Reforma Curricular na Pedagogia e Base Nacional Comum: suas implicações na formação e no exercício da profissão do pedagogo. Belo Horizonte, 9 mar. 2017. Disponível em:

<https://21fonepebh.webnode.com/l/este-e-um-blog-simples/> Acesso em: 20 jan. 2022.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-EXNEPE, 2017.

Cartilha de Estudos: A luta contra as DCNs do CNE/MEC e a defesa do pedagogo unitário. Belo Horizonte, maio 2017.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-EXNEPE, 2021.

Manifesto em Defesa da Pedagogia como Ciência da Educação e contra os cortes da Educação Pública, PIBID e Residência Pedagógica: Abaixo a BNC-Formação e BNCC neoliberais e anticrítica! [S.l.], 13 dez. 2021. Facebook: mepebrasil. Disponível em:

<https://www.facebook.com/mepebrasil/photos/pcb.4442847575822513/4442845975822673/> Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: LUTAS ANTICAPITAL, 2019.

FICHTER FILHO, G. A.; OLIVEIRA, B. R.; COELHO, J. I. F. A trajetória das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação docente no Brasil: uma análise dos textos oficiais.

Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 940-956, mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iEsp.1.14930>

FONTES, Virgínia. Sociedade civil e luta de classes em Gramsci. Youtube, 30 jun. 2021.

Disponível em: <https://youtu.be/Axs1P87lpYY> Acesso em: 25 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf> Acesso em: 24 jan. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IMBERT, Francis. **Para uma práxis pedagógica**. Tradução de Rogério de Andrade Córdova. Brasília: Plano Editora, 2003

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo: julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300653140_ARQUIVO_Anpuh2011.pdf Acesso em: 27 set. 2020.

JUNIOR, Ronaldo Antonio Gollo. **Teoria e Prática nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores: Percepção dos Coordenadores de Cursos de Licenciatura em Matemática**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, 2020.

LAPA, Carlos Mauricio Franklin. **A Reforma do Estado, Novos Modelos de Gestão do Trabalho Escolar e a Reação Sindical Docente**. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Lutas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

LEHER, Roberto. Escola unitária em Gramsci. Youtube, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/p1pGKFxc99k> Acesso em: 30 jan. 2022.

LIBANEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. Campinas: **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 96 – Especial, p. 843-876, out., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mSLjpLJDzBytgc6t6VcsxYf/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 20 jan. 2022.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Sônia R. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos** – Pesquisa em foco. São Luís, vol. Especial, p. 1-12, 2007. Disponível em: https://outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/357/293 Acesso em: 10 jan. 2022.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Victor F. R. de. **Contribuições da participação no movimento estudantil na formação de professores de Educação Física**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. São Luís, 2017.

PALAFIX, Gabriel H. M.; SILVA, Marcello S. P.; KLINKE, Karina. Políticas de currículo, formação e valorização dos profissionais da educação pós-Constituição de 1988: um breve balanço. *In*: EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA-EXNEPE, 2015 (org.). **Caderno de textos 35º ENEPe**. Curitiba: 2015. p. 26-37. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1XH8nP58-0MHErMI5UHPsFYexVAI70XeI>. Acesso em: 5 dez. 2021.

PINA, L. D.; GAMA, C. N. Base Nacional Comum Curricular: algumas reflexões a partir da pedagogia histórico-crítica. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente, SP, v. 31, n. esp.1, esp. 052020, p. 78-102, dez. 2020.

POSICIONAMENTO das entidades nacionais sobre o Parecer e a Minuta de Resolução do CNE que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) [online]. 28 maio 2020. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Posicionamento-das-entidades-sobre-o-Parecer-e-Minuta-Res-Formacao-Continuada-do-CNE-28-MAIO-2020.pdf> Acesso em: 26 jan. 2022.

RICO, Ana María; FERRAZ, Yasmin. Do movimento estudantil da UFBA entre 1970 e 2010: um percurso entre antigos e novos fazeres e saberes. *In*: SANTOS, Georgina; SAMPAIO, Sônia; CARVALHO, Ava (Org). **Observatório da vida estudantil**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 151-170.

SÁNCHEZ-VÁZQUEZ, Adolf. **A filosofia da Práxis**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Mariana dos Reis. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia: disputas e “consensos” no Conselho Nacional de Educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/Dissertacao_Mariana_dos_Reis_Santos.pdf. Acesso em: 6 nov. 2021.

UNOPAR. Formação pedagógica: como o MEC regula essa formação?. **Unopar** [online], 1 jun. 2021. Disponível em: <https://blog.unopar.com.br/formacao-pedagogica-mec/> Acesso em: 26 jan. 2022.

VI FONEPE, 2005. Documento de resolução do VI FONEPE contrário ao Projeto de Resolução do CNE para Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia. **CAEF/UUEL**. Curitiba, mar. 2005. Disponível em: <https://caef.wordpress.com/atas-das-reunioes/diretrizes-curriculares/documento-de-resolucao-do-vi-fonepe-contrario-ao-projeto-de-resolucao-do-cne-para-diretrizes-curriculares-nacionais-da-pedagogia/>. Acesso em: 5 dez. 2021.

VII FONEPE, 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais formuladas no 7º FONEPE. **Blog da ExNEPe**. Brasília, 12-15 nov. 2005. Disponível em: https://estudantesdepedagogia.files.wordpress.com/2012/02/vii_fonepe_plano_de_lutas_unb_12_a_15_11_2005.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

VILHAGRA, Gabriela. **O movimento estudantil como espaço de formação:** a Executiva Estadual dos Estudantes de Pedagogia de São Paulo e a formação de pedagogas(os). 197 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, UNICAMP. Campinas, 2009.

XXI FONEPE, 2017. Projeto do 21º FoNEPe: Reforma Curricular na Pedagogia e Base Nacional Comum: suas implicações na formação e no exercício da profissão do pedagogo. **21º FoNEPe**. Belo Horizonte, 9 mar. 2017. Disponível em: <https://21fonepebh.webnode.com/1/este-e-um-blog-simples/> Acesso em: 15 jan. 2022.

ZAVA, Diana Hoeltgebaum. **A Formação Política do Pedagogo:** Possíveis contribuições da participação dos estudantes no Centro Acadêmico de Pedagogia da UFRJ. 95 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/3130/1/DHZava.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2021.

ANEXO A – PÁGINAS DA WEB

Lista de *sites* encontrados:

ExNEPe <http://exnepe.blogspot.com/>

ExNEPe <https://estudantesdepedagogia.wordpress.com/>

ExNEPe <https://exnepe.wixsite.com/exnepe>

MEPe <https://www.instagram.com/mepebrasil/>

MEPe <https://linktr.ee/mepebrasil>

MEPe [youtube.com/mepebrasil](https://www.youtube.com/mepebrasil)

35° ENEPe <https://enepe2015.wordpress.com/>

36° ENEPe <http://enepe2016.weebly.com/>

37° ENEPe <https://37-enepe.webnode.com/>

38° ENEPe <https://38enepe.webnode.com/>

39° ENEPe 39enepe.com [desativado]

XXI FONEPe <https://21fonepebh.webnode.com/>

XXII FONEPe <https://22fonepecaruaru.wordpress.com/>

XXIII FONEPe <https://xxiiifonepe.wordpress.com/>

Lista de páginas do Facebook encontradas:

ExNEPe <https://www.facebook.com/exnepemepe>

MEPe <https://www.facebook.com/mepebrasil>

35° ENEPe <https://www.facebook.com/enepe2015>

37° ENEPe <https://www.facebook.com/ENEPedagogia/>

38° ENEPe <https://www.facebook.com/groups/2016776558594578>

39° ENEPe <https://www.facebook.com/enepe.goias.1>

40° ENEPe <https://www.facebook.com/groups/1445670152400411>

ANEXO B – PLANOS DE LUTAS

36º ENCONTRO NACIONAL DOS (AS) ESTUDANTES DE PEDAGOGIA PORTO VELHO-RO

PLANO DE LUTAS APROVADO- EIXO 1

EDUCAÇÃO

1. Discutir e lutar contra o documento “Pátria Educadora” e as cartilhas do Banco Mundial para a educação brasileira;
2. Elaboração pela ExNEPe de uma cartilha pelo boicote às políticas neoliberais;
3. Retomar o debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Pedagogia e também sobre a Base Nacional Curricular Comum, procurando um posicionamento do MEPe e discutindo suas implicações para nossa formação;
4. Defesa da formação unitária, política e científica do pedagogo, defendendo a indissociabilidade entre docência, pesquisa e gestão e a garantia do tripé ensino, pesquisa e extensão nas IES;
5. Levantar a luta contra o EMMTEC (Ensino Médio com Mediação Tecnológica);
6. Propor discussões sobre o conceito de educação à distância, visando construir uma perspectiva crítica em relação ao ensino com mediação tecnológica no campo e na cidade;
7. Lutar contra a nucleação e o fechamento de escolas no campo;
8. Lutar contra a indicação para o MEC de políticos profissionais e corruptos indicados em troca de apoio político. Fora Mendonça Filho!
9. Lutar contra o sucateamento e privatização do ensino pública. Reivindicar a gratuidade do ensino público se posicionando contra as taxas cobradas aos estudantes nas universidades e escolas públicas;
10. Lutar contra a militarização das escolas e a ação da PM nas escolas e universidades;
11. Lutar contra a precarização e desqualificação do trabalho docente;
12. Lutar por incluir em nossa formação a educação no campo com professores que tenham formação específica e vivência nessa área de forma a garantir a qualidade dessas disciplinas;
13. Lutar contra o corte de verbas, a precarização da assistência e permanência estudantil e os ataques na pós-graduação;
14. Lutar contra o autoritarismo e perseguição de reitorias, diretores e professores fascistas nas IES;
15. Lutar pelo voto universal e paridade nos conselhos e órgãos deliberativos nas escolas e universidades. Desmascarar a farsa da “gestão democrática” como uma política do Banco Mundial e lutar por uma verdadeira democracia: que os estudantes, professores, funcionários e comunidade participem ativamente de todas as decisões;
16. Pela liberdade de opinião política e organização de estudantes, professores e funcionários nas escolas e universidades;

17. Lutar contra o movimento “Escola sem Partido”, para que sejam derrubados todos os projetos de lei municipais, estaduais e nacionais que censurem, ameacem e retirem a autonomia e liberdade de pensamento político e crítico dos professores, alunos e funcionários;
18. Lutar para que as disciplinas de Educação Indígena sejam disponibilizadas no currículo das universidades, e que, para além dela, haja visitas às aldeias indígenas e que se construam espaços de discussão sobre a realidade da cultura indígena, marcos legais da lei e seus desafios;
19. Valorização da educação escolar indígena considerando a realidade de cada povo;
20. Aprofundar as pesquisas e discussões sobre o trabalho docente, entendendo o professor como um profissional da educação e a docência como profissão complexa, que exige formação científica;
21. Defender a capacitação docente para lidar com estudantes surdos na inclusão, conhecida como proposta bilíngüe (LIBRAS), a qual facilitará muitas famílias com este problema a não encontrar dificuldades na matrícula de seus filhos nas escolas;
22. Lutar para que as IES ofereçam atividades de ensino, pesquisa e extensão em educação especial e inclusiva;
23. Lutar por acessibilidade arquitetônica em todos os campi dos IES;
24. Discutir os componentes curriculares que visem a capacitação do professor na atuação na Educação Inclusiva;
25. Lutar contra a ampliação da jornada escolar sem estrutura e profissionais capacitados e que esvazie o papel da escola;
26. Lutar contra a privatização das escolas básicas e técnicas pelas Organizações Sociais - OS's;
27. Lutar pelo fim das políticas imediatistas, que desviam verba pública para investir em setores privados tais como REUNI, FIES, PRONATEC e PROUNI;
28. Lutar contra o processo de medicalização e defender a multiprofissionalização na educação de forma a garantir a inclusão.
29. Lutar para priorizar os conhecimentos tradicionais e científicos em detrimento das avaliações e premiações.
30. Lutar para atender os interesses dos estudantes na construção dos currículos e PPP's de cursos de Pedagogia e não os interesses dos governos;
31. Discutir coletivamente a temática da regulamentação da profissão do pedagogo, indo contra a máfia desta regulamentação;
32. Lutar pela valorização do ensino público de qualidade na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, pela melhoria das condições de trabalho e do salário;
33. Lutar por creches e escolas de aplicação em todas as universidades;
34. Lutar pela equiparação do valor das bolsas com o salário mínimo, garantindo o acesso e permanência de estudantes nas universidades. Contra o corte de bolsas, manutenção e ampliação de bolsas para monitoria remunerada, PIBID, PET, PIBIC e também de extensão nos cursos de Pedagogia.
35. Lutar em defesa da garantia da assistência e permanência dos (as) estudantes nas universidades: por mais restaurantes universitários, contra o corte e por mais bolsas de assistência e moradia estudantil;

36. Defender nos cursos de Pedagogia a formação para o uso das ferramentas digitais;
37. Lutar por transportes para as atividades complementares e encontros de curso nas IES;
38. Lutar em defesa da escola pública, laica e vinculada ao trabalho produtivo;
39. Lutar pelo Passe-livre integral para todos os estudantes.

Plano de lutas aprovado – Eixo 2

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PEDAGOGIA

- 1- O dia 23 de novembro (dia do triunfo da greve estudantil da UNIR) foi definido como o Dia Nacional de Luta da Pedagogia, com consigna geral de: “Defender com unhas e dentes o ensino público, gratuito, democrático e a serviço do povo”, levantando também as reivindicações específicas de cada estado e faculdade.
- 2- Impulsionar as organizações de base do MEPe (Executivas Estaduais, CAs, Das), realizar encontros estaduais, elegendo as executivas estaduais e representantes para a ExNEPe (Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia), aplicando o plano de lutas nacional do MEPe nas regiões;
- 3- Apoiar a luta dos secundaristas e tomá-las como exemplo, especialmente as vitoriosas greves de ocupação;
- 4- Resistir aos ataques a educação do governo Temer e todos os governos estaduais e municipais. Através da mobilização constante dentro das universidades e mobilização dos secundaristas nas escolas, organizar greves de ocupação unificadas;
- 5- Fortalecer a unidade na greve geral dos trabalhadores em educação como parte do chamado a luta pela greve geral contra os ajustes fiscais do governo Temer. Construir a greve geral da educação contra a precarização e a privatização;
- 6- Construir uma autonomia de organização que agregue a participação das outras licenciaturas no debate em todos os níveis: local ao nacional, por meio de espaços que contemplem o debate social e político dos estudantes e priorizem o debate sobre a identidade do(a) pedagogo(a).
- 7- Defender a unidade da luta em defesa da universidade pública, pela assembleia geral universitária (estudantes, professores e funcionários) e defesa da luta de todos os explorados (camponeses pobres, indígenas, quilombolas e trabalhadores em geral);
- 8- Lutar pela inclusão de intérpretes de LIBRAS em todos os eventos do movimento estudantil de pedagogia.
- 9- O MEPe (Movimento Estudantil de Pedagogia) deve promover projetos de extensão para levar aos estudantes secundaristas os debates sobre a educação, organizar oficinas e cursos para mostrar o que temos feito nas universidades, nas mais diversas áreas.
- 10- Promover cursos de formação política para organizar o movimento universitário de pedagogia e a unificação dos IES em cada estado no sentido de luta, ocupação e revolução.
- 11- Que a ExNEPe articule com as entidades de base a realização de palestras e oficinas sobre a temática Educação Ambiental e Sustentabilidade;
- 12- Lutar pelo fim dos processos e prisões políticas da juventude combatente de 2013.
- 13- Lutar pelo fim dos processos contra os estudantes presos na manifestação contra a homologação das DCNs no MEC em 2006;
- 14- Lutar contra as perseguições políticas e processos administrativos contra estudantes, professores e demais trabalhadores em educação;

- 15- Que o MEPe comprometa-se acompanhar processos de Assembleias e tribunais populares para punir os crimes de corrupção e os crimes contra os trabalhadores do campo.
- 16- Lutar em defesa da democracia operária (liberdade de expressão igual para as correntes que estão na luta dentro da universidade);
- 17- Lutar pela independência de partidos eleitoreiros e organizações governistas de forma que prevaleça a democracia e autonomia do MEPe;
- 18- Reafirmar o rompimento do MEPe com a União Nacional dos Estudantes (UNE)

APOIO À LUTA POPULAR

- 1- Combater a política de assassinatos e perseguição do movimento da periferia, camponês, quilombola e indígena.
- 2- Apoiar a luta por moradia na cidade e a luta dos camponeses pobres contra o latifúndio. Lutar contra a criminalização dos movimentos populares do campo e da cidade; defender a vida dos que lutam pela terra, propagando suas lutas nas cidades por meio de debates, notas de apoio e manifestações.
- 3- Fim do pagamento da dívida pública;
- 4- Apoiar a luta dos camponeses pela terra e pelo território de indígenas e quilombolas.
- 5- Demarcação já!
- 6- Realizar o boicote ativo às eleições burguesas, podres e corruptas. Não votar!

MOÇÃO DE APOIO DO 36º ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA AOS CAMPONESES EM LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA!

O 36º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ENEPe), decidiu em sua assembleia geral de estudantes, tornar público o seu incondicional apoio à luta dos camponeses pobres sem-terra ou com pouca terra de todo país e especialmente em Rondônia. Viemos a público especialmente denunciar as ações arbitrárias e violentas dos latifundiários em conluio com o estado local e sua polícia, bem como com o governo federal que utiliza dos seus aparatos para reprimir a luta contra os camponeses em luta.

No último ano houve, segundo dados ainda subestimados, 50 assassinatos de camponeses em conflitos agrários. O espantoso número colocou o ano de 2015 como o mais violento em 12 anos. Dos 50 mortos, 21 foram em Rondônia, colocando este estado como aquele em que teve maior número de mortos. No primeiro semestre desse ano, o número de mortos supera os 40 apontando que provavelmente será ainda mais violento que o ano anterior.

Diante do cenário de crescente crise econômica a luta do povo tende a se intensificar e massificar. No intuito de frear essa luta e garantir que as propostas do capital nacional e internacional sejam atendidas, o governo Temer prepara um amplo espectro de repressão. Não por uma acaso, um dos primeiros atos desse governo foi a recriação do Gabinete de Segurança Institucional com um general como secretário, cuja função será monitorar e reprimir os movimentos populares da cidade e do campo, especialmente os últimos.

Uma prova dessa ofensiva de violência e repressão foi dada em Rondônia onde as Polícias Militar e Civil de Confúcio Moura atacaram um acampamento camponês na região de

Seringueiras, onde residem cerca de 100 famílias. A repressão que já é uma constante naquela região chegou a um novo patamar no acampamento Enílson Ribeiro. Essa verdadeira operação de guerra, que foi transmitida por redes de televisão local, utilizou um aparato de repressão que contou com cerca de 300 soldados com muito armamento pesado. A polícia além das balas de borracha utilizou helicópteros para metralhar o acampamento ferindo vários camponeses, entre eles uma criança.

É de se destacar que essa ação do Estado de Rondônia é absolutamente ilegal e criminosa. As terras da região conflituosa são terras públicas devolutas que foram griladas e permanecem sem qualquer produção, ou seja, contrariando de diversas formas a ordem legal. Do mesmo modo, após as ocupações de terras na região – que visam a aplicação de direitos constitucionalmente assegurados aos povos sem-terra – o Estado reagiu sem que houvesse mandado de reintegração de posse, descumprindo o elementar direito ao devido processo legal. Ou seja, toda ação da Polícia e do Estado é ilegal e criminosa mostrando a quem de fato servem.

Nós, estudantes de pedagogia denunciemos e repudiamos esse bárbaro ataque contra o povo e reafirmamos o compromisso de apoiar a sua luta por todo o país, especialmente dos camponeses que seguem vítimas das mais brutais violências. Não aceitaremos que novos massacres aconteçam. Faremos das universidades e das ruas de cada cidade um espaço de propaganda da luta pela terra. A luta dos trabalhadores e povos oprimidos é também a luta dos estudantes de pedagogia e a eles nos solidarizamos e apoiamos.

TERRA PARA QUEM NELA VIVE E TRABALHA! ABAIXO O LATIFÚNDIO!

Porto Velho, 23 de julho de 2016.

Plano de Lutas Aprovado – Eixo 3 – Opressões LGBTT

1. Impulsionar a criação de comitês independentes de autodefesa da população LGBT nas escolas e universidades;
2. Lutar por criação de um trabalho multidisciplinar e multiprofissional (psicólogo, pedagogo,
3. psicopedagogo e assistente social) sobre LGBT pautado no modelo de inclusão, voltado à permanência do/da aluno/aluna em sala de aula.
4. Lutar pela criação de leis específicas em defesa dos LGBTs nas 3 esferas (municipal, estadual e federal) que venham garantir a liberdade e a punição aos agressores;
5. Lutar pela criação de leis que obriguem a escola a aceitar os estágios e pesquisas dos cursos de pedagogia e outros cursos que envolvam temas relacionados a raça, gênero, etnia, sexualidade, classe;
6. Lutar por disciplinas obrigatórias de gênero e diversidade sexual em cursos de pedagogia de todo o Brasil.
7. Apoiar projetos que enfoquem a temática de gênero e diversidade sexual;
8. Lutar pela sensibilização acerca das questões de gênero e diversidade sexual nas escolas, universidades e demais espaços;
9. Lutar pela aprovação da lei que criminalize a lgbtfobia;
10. Discutir sobre a organização de mulheres, mulheres trans e/ou homens trans do movimento estudantil de pedagogia (MEPE), buscando combater a violência e opressão;

11. Que o MEPE busque articulação de frente LGBTTT entre centros/diretórios acadêmicos, diretórios centrais de estudantes, executivas em atuação e executiva nacional para dar visibilidade e respeito a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
12. Lutar por educação, justiça e respeito para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTT), mulheres, negros/as e demais minorias sociais;
13. Divulgação da nota do 36o ENEPe em repúdio às agressões físicas e assassinatos contra LGBT (ao final do texto);
14. Criar um dia de luta nacional.

MULHERES

1. Dia de luta em defesa de creche pública e escola de aplicação;
2. Lutar por uma formação feminista classista que englobe um estudo e formação sobre diferentes
3. correntes do feminismo, visando a criação de comitês de autodefesa;
4. Que os espaços dentro do MEPE sejam protagonizados por mulheres, buscando meios e alternativas para denunciar as várias formas de opressões;
5. Fortalecer a defesa da luta da mulher dentro do MEPE;
6. Realizar grupos de estudos sobre as bandeiras específicas das mulheres nas regiões, em suas entidades de base, sendo orientadas pela ExNEPe (Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia);
7. Lutar para que a ExNEPe em conjunto com as executivas estaduais garantam a inclusão das mulheres LGBTTT's dentro dos espaços de feminismo do MEPE.

NEGROS e NEGRAS

1. Discutir a questão racial nas escolas e universidades e seu caráter de classe;
2. Através de atividades politizadas, levantar bandeiras de luta na escola e universidades exaltando a luta e resistência dos povos negros e indígenas;
3. Levantar nacionalmente um dia dedicado a luta dos povos negros e indígenas puxado pelo MEPE;
4. Fazer grupos de estudos de obras literárias sobre o povo negro e de autores negros (Ex: Carolina Maria de Jesus, Franz Fanon);
5. Organizar atividades que visem combater o racismo;
6. Lutar pela efetivação da lei 10.639 para garantir disciplinas obrigatórias de relações étnico-raciais nas escolas e universidades.
7. Lutar pela construção de atividades culturais populares, sobre o povo negro e indígena, em espaços escolares e não escolares, acadêmicos e não acadêmicos.

MOÇÃO DE REPÚDIO AS AGRESSÕES E AO EXTERMINIO DO POVO NEGRO, DE MULHERES E DA POPULAÇÃO LGBTTT

NÓS, ESTUDANTES REUNIDOS NO 36º ENEPE VIMOS ATRAVÉS DESTA MANIFESTAR REPÚDIO A VIOLÊNCIA QUE CULMINA NO EXTERMÍNIO DE JUVENTUDE POBRE DE NEGROS E NEGRAS, MULHERES, POPULAÇÃO DE

LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBTT), POIS ENTENDEMOS QUE TAL SITUAÇÃO DE OPRESSÃO E AGRESSÃO É INACEITÁVEL. TEMOS COMO EXPRESSÕES DISSO O GENOCÍDIO COTIDIANO DO POVO PRETO NAS FAVELAS, BAIRROS POBRES E NO CAMPO PELAS POLÍCIAS E BANDOS PARAMILITARES COMO MILÍCIAS E PISTOLEIROS; AS AGRESSÕES, OS ESTUPROS E OS ASSASSINATOS DE MULHERES, EXPRESSO DE FORMA BRUTAL NO ESTUPRO COLETIVO SOFRIDO POR UMA ADOLESCENTE NO RIO DE JANEIRO E O CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ATAQUES À POPULAÇÃO LGBTT E SEU EXTERMÍNIO. REGISTRAMOS TAMBÉM O LUTO E INDIGNAÇÃO ACERCA DO ACONTECIDO COM O COMPANHEIRO XUXU “PRESENTE” QUE FOI VÍTIMA DA HOMOFOBIA SENDO BRUTALMENTE ASSASSINADO. DIANTE DE TODAS AS EXPOSIÇÕES QUE TORNA CLARA E ADMITE A VIOLÊNCIA EXISTENTE QUE BUSCA SEPULTAR OS SENTIMENTOS DE LUTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PEDAGOGIA – MEPE, DESTA FORMA ASSUMIMOS O COMPROMISSO DE LUTAR CONTRA QUALQUER FORMA DE PRECONCEITO, OPRESSÃO E VIOLÊNCIA CONTRA OS GRUPOS MENCIONADOS E DEMAIS SETORES OPRIMIDOS EM NOSSA SOCIEDADE NO CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA.

PORTO VELHO, RONDÔNIA, 23 DE JULHO DE 2016.

Caderno de Moções e Plano de Lutas do 37º ENEPe
15 a 22 de Julho de 2017
Petrolina/Vale do São Francisco

1. Moção de repúdio do 37º ENEPe contra a aprovação do PL 6847/17 que regulamenta a profissão do pedagogo

Vimos, através desta, manifestar nosso mais veemente repúdio à forma antidemocrática, autoritária e arbitrária com que a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público dessa Câmara federal de bandidos e corruptos aprovou a regulamentação de nossa profissão no dia 20 de julho passado.

Não foi realizado o mínimo debate com o conjunto dos pedagogos formados e com os estudantes de Pedagogia, suas entidades representativas não foram ouvidas, não foi realizada sequer uma audiência pública sobre a questão, demonstrando uma vez mais o caráter antidemocrático desse apodrecido parlamento brasileiro e seus governos de turno.

Essa Câmara de bandidos não tem moral e muito menos propriedade para deliberar sobre a questão, visto que não há pedagogos (as) nela e nenhum pedagogo (a) foi ouvido sequer.

Manifestamos nosso posicionamento contrário à criação de um Conselho Federal de Pedagogia para fiscalizar a formação e atuação de pedagogos, órgão que seria responsável por regular sobre jornada de trabalho, piso salarial, atribuições, direitos e deveres dos pedagogos (as). O próximo passo seria o reacionário Michel Temer enviar para o nosso honrado Congresso Nacional de bandidos e inimigos do povo um projeto de lei criando esse conselho, que temos a mais absoluta clareza, não será representativo dos interesses dos pedagogos comprometidos com os interesses do povo e sim com pessoas comprometidas com o setor privado, amplamente beneficiado pelas políticas imperialistas que esse governo reacionário está aplicando para a educação no país.

A relatora do projeto, deputada Flavia Morais (PDT-GO), afirmou que “Essa providência é fundamental para que o exercício da profissão do pedagogo seja devidamente regulamentado e fiscalizado”. Nós perguntamos: De acordo com quais interesses? Com os mesmos que foram garantidos com as DCN’s da Pedagogia aprovadas em 2006 pelo CNE/MEC?

Nós, estudantes de Pedagogia reunidos no 37º ENEPe, entendemos que neste momento em que avançam as políticas imperialistas para a educação no Brasil, faz-se necessário defender a AUTONOMIA das instituições na elaboração dos seus currículos e a AUTONOMIA no exercício da profissão docente e do pedagogo.

Regulamentações que caminham no sentido de legitimar o esvaziamento do conteúdo científico de nossa formação, o aprofundamento do pragmatismo tecnicista, que criam órgãos para fiscalizar nossa prática pedagógica sem se preocupar em fiscalizar as nossas condições de trabalho, que têm caráter punitivo e meritocrático como temos visto acontecer com outras profissões, não servem aos interesses dos estudantes de Pedagogia e do povo brasileiro.

Queremos democracia nas discussões, autonomia das nossas instituições de ensino e de trabalho, autonomia no exercício de nosso trabalho pedagógico!

Lutamos pela formação do pedagogo unitário, do cientista da educação, com uma formação que contemple pesquisa, docência e gestão de forma indissociável, não hierarquizada

e não fragmentada. Não aceitaremos nenhuma regulamentação que não contemple essa concepção.

Lutamos pela autonomia no exercício de nossa profissão e não aceitaremos sermos “fiscalizados”, leia-se vigiados e tolhidos no exercício de nossa profissão. Medidas como essa vão no mesmo sentido do famigerado “Escola sem partido”, que significam o policiamento ideológico dos pedagogos e professores críticos, democráticos e de esquerda.

Exigimos que a ExNEPe seja ouvida acerca do tema e afirmamos nossa disposição de lutar sem quartel contra os ataques à nossa formação e ao exercício de nossa profissão!

Abaixo o PL 6847/17!

Em defesa do pedagogo unitário!

Pela autonomia no exercício de nossa profissão!

Abaixo sucateamento e privatização da educação pública!

Abaixo Temer e sua quadrilha!

2. Nota de repúdio à demissão arbitrária da Professora Dra. Fátima Silianski do hospital universitário da UFAL

A ExNEPe vem a público manifestar seu repúdio em relação ao ato cometido pela diretoria da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, que, no dia 06 de junho de 2017, exonerou a Professora Dr. Fátima Silianski que então ocupava o cargo de superintendente do Hospital Alberto Antunes, pertencente à Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A diretoria da EBSEH, sem nem mesmo consultar a reitoria da UFAL, numa flagrante ingerência deste órgão nos assuntos administrativos da daquela universidade, passando por cima de todos os preceitos de autonomia universitária, tomou a decisão de demitir a professora, o que só veio ao conhecimento de professores, alunos, funcionários e inclusive, da reitoria, com a publicação no diário oficial. Mesmo diante da solicitação de revogação da exoneração, feita pela reitoria da UFAL, Professora Maria Valéria Costa Correia, cuja argumentação demonstrava a qualificação e competência da professora Fátima para ocupar o cargo, bem como a atribuição da universidade de nomeá-lo, a diretoria da EBSEH, de maneira truculenta, manteve a demissão.

A Professora Fátima é conhecida nacionalmente pela sua atuação em defesa das universidades públicas, particularmente dos hospitais universitários. Em contrapartida, a criação e instalação da EBSEH para "gerenciar" os hospitais universitários em todo o país faz parte do processo de privatização da universidades brasileiras. Esta é a única explicação para esta intervenção absurda e perseguição a alguém cuja capacidade e experiência profissional é conhecida e reconhecida, trata-se de uma perseguição à professora em virtude de seu posicionamento diante da política de privatização levada a cabo em nosso país.

A ExNEPe se soma às muitas entidades em todo o país no repúdio à EBSEH e no apoio à professora Fátima Silianski. Na oportunidade reforçamos a divulgação da participação da professora no 37º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia, que ocorrerá na Universidade de Pernambuco, em Petrolina, entre os dias 15 e 22 de julho de 2017, como palestrante na mesa "Políticas Educacionais do Imperialismo: Privatizações, BNCC e Reformas Curriculares", que acontecerá no dia 16/07 às 16h30.

Desde já convocamos todos aqueles que defendem a educação pública, a autonomia universitária e repudiam a truculência e a perseguição que ocorrem nas instituições públicas por motivações políticas para o ato de desagravo que será realizado no mesmo dia 16, durante a apresentação da mesa.

EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO, DEMOCRÁTICO E A SERVIÇO DO POVO!

3. CARTA DE APOIO

Fortaleza, 22 de Julho de 2017

À FACULDADE DE EDUCAÇÃO,

No 37º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia (ENEPe), construído em Petrolina/PE, ocorreram denúncias a respeito de assédios morais e sexuais em diversas universidades do país.

Vamos dar voz e espaço a TODAS àquelas que foram moralmente assediadas por ações opressoras e autoritárias ocorridas em todo canto desse país! Por ser inadmissível que, dentro de um espaço de formação de educadoras, haja uma reprodução de atitudes que ferem a integridade moral, psicológica e o aprendizado de seus indivíduos.

Devido às inúmeras denúncias, o Centro Acadêmico Paulo Freire (CAPF) e o Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe) vem, por meio desta carta, repudiar os casos de assédios em estudantes mulheres do curso de PEDAGOGIA protagonizados pelo corpo administrativo e docente da Faculdade de Educação, na Universidade Federal do Ceará, no Campus Benfica.

Ações abusivas e retrógradas, embasadas no autoritarismo, conservadorismo e manutenção do patriarcado, travam o avanço da luta das mulheres por espaço e direitos. Por isso, tais práticas feitas por uns, e compactuadas por outros, na Faculdade de Educação, serão rechaçadas pelo MEPe.

Exigimos que os casos levados à ouvidoria e as instâncias da faculdade de educação tenham o encaminhamento legal culminando em deliberações combativa, de modo a garantir proteção as vítimas.

Repudiamos qualquer atitude de opressão partindo de educadores (as). Não nos amedrontaremos com as relações de poder e ego estabelecidas na Universidade Federal do Ceará.

4. EM DEFESA DE UMA EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO POVO: ABAIXO A LEI DA MORDAÇA

A crise econômica internacional de 2008 está provocando, em ritmo cada vez mais acelerado, a disputa entre os polos imperialistas no palco mundial.

No Brasil, o Imperialismo ianque precisou de alguém puro-sangue para implementar as reformas contra o povo brasileiro, já que o pelego sindicalista (Luís Inácio) e a guerrilheira arrependida (Dilma Rousseff) não podiam mais implementar a reforma previdenciária, trabalhista e do ensino médio com a velocidade que o Imperialismo hoje necessita, bem como, perderam a capacidade conter as massas através dos movimentos sociais corporativizados.

Neste atual cenário nacional de pauperização contínua na vida do povo brasileiro, precarização das relações de trabalho e sucateamento das instituições públicas, onde a educação, saúde e moradia são vistos como os alvos mais frágeis dos alçózes parlamentares. No projeto de sangria dos direitos do povo e da soberania nacional, com o objetivo de pagar a dívida a externa, um projeto precedeu todos os outros supracitados.

Trata-se do projeto denominado pelo velho Estado fascista de “Escola sem Partido”, mas que o professorado denominou de Lei da Mordaça. Esse projeto criado em 2004 no Alagoas foi progressivamente aprovado nos municípios e assembleias estaduais pelo país até chegar à câmara federal recentemente.

Este projeto representa, do ponto de vista ideológico, o processo de reacionarização que passa o Estado brasileiro em meio à crise geral do capitalismo. Enquanto isso, a grande burguesia propaga sua ideologia liberal no monopólio de imprensa que propaga a meritocracia e o rechaço a resistência popular. Os professores, por sua vez, não podem de maneira científica sequer explicar aos seus estudantes qual é a classe que tudo produz na nossa sociedade.

O que observamos, assim, é a imposição do trabalho reacionário e anticientífico em sala de aula, negando o direito democrático de cátedra livre que garante aos professores a autonomia frente ao ensino crítico. A famigerada Lei da Mordaça fomenta a perseguição política daqueles que desde a sala de aula defendem a luta dos trabalhadores no campo e na cidade. Esse elemento ideológico, policialesco e reacionário é condição para que o fascista Estado brasileiro de Temer e sua quadrilha aplique suas contrarreformas e retire os direitos da classe trabalhadora.

Assim sendo, se faz necessário além de combater a Lei da Mordaça, levantar bem alto a bandeira de uma educação científica que se coloque verdadeiramente a serviço do povo. É preciso que os professores no atual cenário de ataque reacionário defendam e propaguem, de forma crítica, a heroica luta do povo brasileiro desde as séries iniciais, entendendo que não existe neutralidade científica. Os dois caminhos estão colocados: ou a escola participa ativamente em defesa das lutas do povo, ou ficarão a reboque do imperialismo, da grande burguesia e do latifúndio.

**Por uma educação que sirva ao povo no campo e na cidade!
Escola que é Prisão, vai ter Rebelião!**

5. Abaixo as práticas oportunistas da Une no 37º ENEPe

A Executiva Nacional de Estudantes de Pedagogia denuncia e repudia as práticas oportunistas de elementos vinculados à Une participantes do 37º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia – ENEPe.

Estes setores, vinculados a partidos eleitoreiros, como o PCB, vieram para este encontro com suas táticas desonestas e divisionistas na intenção de transformar o Movimento Estudantil e o curso de Pedagogia em palanque para suas teses conciliadoras e reformistas, combatendo as posições democráticas e classistas que os(as) estudantes de pedagogia e a sua Executiva Nacional cada vez mais tem assumido.

Estes representantes estudantis do corrupto Congresso Nacional por diversas vezes tentaram impedir os debates políticos no 37º ENEPe implodindo as plenárias para impor sua política eleitoreira. Para isto, recriaram na Pedagogia suas velhas práticas de impedir as falas

dos companheiros nos debates, provocar o linchamento das posições contrárias às suas, criar acusações falsas, e criar um clima de torcida organizada e de histeria.

A ExNEPe reafirma o histórico rompimento dos(as) estudantes de pedagogia com esta entidade apodrecida e inimiga dos estudantes. Apontamos a necessidade de afirmar de maneira consequente o caminho independente e combativo no Movimento Estudantil, que passa, invariavelmente, pela sua organização e tomada de posição em defesa das lutas e dos direitos do povo.

A União Nacional dos Estudantes faz parte da quadrilha de Michel Temer! Rechaçamos suas práticas de conchavos e acordões com o reacionário Temer, em busca de cargos no velho Estado! Rechaçamos suas tentativas infrutíferas de transformar o 37º ENEPe numa reedição do seu Conune, comprado pelo Ministério da Educação, politicamente falido e moralmente corrupto!

**PEDAGOGIA É COMABETENTE! ROMPEU COM A UNE E CONTINUA
INDEPENDENTE!
ABAIXO A UNE GOVERNISTA OFICIAL PELEGA E REFORMISTA!**

6. Nota da Comissão Organizadora contra o prejuízo provocado por algumas delegações ao 37º ENEPe

A CO do 37º ENEPe manifesta-se contrária à atitude de algumas pessoas das delegações de Recife, Rio de Janeiro, Caruaru, Alagoas de não contribuírem financeiramente com o encontro. Os companheiros destas delegações, solicitaram fazer o pagamento da inscrição do encontro apenas no credenciamento. A CO esclareceu que precisaria da confirmação exata de pessoas nesta condição, uma vez que a alimentação e outros gastos do evento são parcialmente pagos antes do encontro. Assim, 40 pessoas Recife, 1 de Caruaru, 2 de Alagoas, 26 do Rio de Janeiro, fizeram a reserva de inscrição e enviaram lista com o nome de todos que se comprometiam a pagar no primeiro dia do encontro. No intuito de favorecer a participação de todos estudantes no evento, a CO confiou no compromisso dos companheiros com o encontro que é de todos/ as nós. No entanto, pra nossa surpresa, as/os companheiras/os nos informaram apenas quando chegaram no ENEPe, que não pagariam suas inscrições, gerando um rombo e um prejuízo da ordem de R\$ 6.180 reais.

A tradição dos estudantes de pedagogia é a de nos organizarmos coletivamente para custear nossa luta e nossos encontros, com campanha de finanças, pedágios, livros de ouro, rifas, etc. Não temos e nem queremos financiamento do MEC, e de grandes empresas como foi o Congresso da oportunista UNE; nos apoiamos nas próprias pernas porque somos independentes e de luta! Por isto, enfatizamos que a atitude destas companheiras/os de simplesmente não contribuir com nosso ENEPe é errada, pois prejudica o coletivo, e causou sério prejuízo para os estudantes de pedagogia e nossa organização.

Assim, conclamamos a todos que ficaram em débito com o 37º ENEPe, que contribuam para reverter este prejuízo financeiro, de modo a seguirmos em frente com a organização de nossos encontros de luta.

PLANO DE LUTAS DA EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA (2017-2018)

1. Movimento Estudantil

- a) A ExNEPe deve apoiar a organização do Movimento Estudantil de Pedagogia nos estados, promovendo formações políticas, auxiliando na articulação das executivas estaduais e seus encontros estaduais e abrangendo a participação das universidades particulares.
- b) A EXNEPe deve impulsionar a realização de encontros estaduais tendo como indicativo que aconteçam no 2o semestre de 2017 com o objetivo de nos encontros eleger representantes que integrem a Executiva Nacional para impulsionar a aplicação do Plano de Lutas.
- c) Fortalecer o movimento dos estudantes de pedagogia (MEPe), executivas estaduais e nacional pelos CA's e DA's, através de trabalhos de base nas universidades.
- d) Que a ExNEPe construa e organize os arquivos históricos do MEPe, levantando e sistematizando as lutas de todos os estados, bem como seus encontros, para que seja possível avançar na militância e fortalecer as bases que ainda estão embrionárias na luta.
- e) Realizar o dia 23 de novembro – Dia Nacional de Lutas da Pedagogia – cujo mote seja a luta contra a precarização, terceirização e privatização do ensino público e em defesa da educação pública, gratuita, democrática e a serviço do povo assim como discutir sobre reforma no currículo da pedagogia.
- f) Realizar o dia 12 de outubro – Dia Nacional de luta por creche.
- g) Defender a bandeira de “Fora Temer e toda sua quadrilha” .
- h) Ampliar e radicalizar através de manifestações, atos, debates a luta contra a privatização das universidades públicas e demissões dos terceirizados defendendo a efetivação destes nas universidades.
- i) Defender, propagandear e construir a Greve Geral por tempo indeterminado, se colocando a frente de sua organização, através de trabalho de base nos cursos de Pedagogia, buscando estratégias de mobilização dentro e fora das Universidades como único caminho para barrar as reformas e desmontes do governo Temer e sua quadrilha aos direitos do povo levantando a bandeira em prol da gratuidade, democracia e qualidade da educação pública e denunciando a farsa eleitoral.
- j) Lutar em defesa da ampliação e melhoria dos programas de assistência e permanência estudantil nas universidades assim como pela valorização das bolsas como o PIBID, PIBIC, monitorias e extensão, PET, gratuidade e qualidade dos restaurantes universitários (RU's) e construções dos mesmos em todas as universidades brasileiras.
- k) Impulsionar semanas pedagógicas e encontros estudantis dentro de cada universidade, ampliando os debates e fortalecendo a aplicação do plano de lutas e integrando com as demandas internas de cada universidade.
- l) Construir mesas e GD's que discutam e esclareçam as perspectivas de lutas traçadas nos outros encontros, visto que há muitos estudantes que ainda não conhecem as propostas do movimento estudantil de pedagogia.
- m) Garantir que o MEPe organize o 38 ENEPe participativo, democrático e comprometido com todas as pautas do curso de Pedagogia.
- n) Lutar pela inclusão de disciplinas obrigatórias no currículo da Pedagogia como: educação indígena, fenômeno religioso (optativa), formação humana, educação no campo, educação

popular, EJA, estágios supervisionados, libras, inclusivas e especiais, gênero, matrizes africanas e história na educação.

o) Lutar pelos cursos noturnos, que se garanta a oferta de disciplinas, o funcionamento administrativo, iluminação e segurança aos estudantes do noturno também e pela integralização do currículo de Pedagogia em algumas universidades.

p) Ressaltar os motivos da necessidade de um movimento estudantil independente e combativo, fortalecendo o rompimento com a UNE e o combate contra o aparelhamento dos CA's e DA's pelo os movimentos estudantis partidários eleitoreiros.

q) Apoiar os estudantes secundaristas, professores, técnicos, camponeses e todo o povo educação e por uma nova e verdadeira democracia em nosso país.

r) Posicionar-se contra o corporativismo no movimento estudantil e pelo classismo, pela unificação da luta da Pedagogia com as licenciaturas, os secundaristas, os professores e pedagogos já formados, enfim, todos os que levantam uma luta comum em defesa da educação pública e gratuita, fortalecendo nos estados o apoio à luta dos professores das redes municipais e estaduais em defesa da educação;

s) Garantir transparência financeira do FONEPE e ENEPe anterior no ENEPe seguinte.

t) Apoiar e participar dos processos de ocupação das escolas e universidades, levantando as pautas dos Planos de Luta da Pedagogia.

u) Levar as discussões em defesa da educação pública, gratuita, democrática e a serviço do povo nas periferias, nas comunidades, para além das universidades, para além do ambiente escolar, revolucionando os métodos do movimento estudantil.

v) Lutar pela paridade estudantil nos conselhos deliberativos nas universidades e pelo voto universal nas eleições para reitor – Pela democratização das Universidades brasileiras, incluindo as decisões sobre reformulações curriculares de curso

w) Lutar pelo passe-livre estudantil para todos os estudantes.

x) Lutar pela construção de escolas de aplicação e creches dentro das universidades, para que a formação das mães e pais discente/docentes/servidores/terceirizados e comunidade em geral seja realmente efetivada.

2. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DO PEDAGOGO

a) Valorizar a formação científica no curso de pedagogia, através das reformulações dos currículos.

b) Radicalizar a luta pela formação do pedagogo unitário, com a mobilização do estudante, formação de DCN's elaboração estudantil do currículo em cada universidade e greves de ocupação em caso de necessidade.

c) Analisar e lutar contra a limitação tecnicista da formação e atuação do pedagogo e do docente assim como lutar pela obrigatoriedade de projetos de extensão nas universidades públicas e privadas.

d) Lutar contra a fragmentação do conhecimento, pois a regulamentação dos professores lecionarem disciplinas fora de sua área de reconhecimento científico é um retrocesso na educação, como se pode observar na história da pedagogia e a consequente desvalorização do pedagogo. Ou seja, a volta do professor leigo;

- e) Discutir e manifestar contrário aos Projetos de Lei do Escola sem Partido e Lei da Mordaza, buscando estratégias para garantir a autonomia docente, seja da educação básica ou ensino superior.
- f) Lutar contra as reformas do Ensino Médio incluindo o ensino a distância (EMMTECS) que estão precarizando ainda mais o ensino público no país.
- g) Lutar contra a militarização das escolas e contra as OS's, que estão contratando graduandos para trabalhar nas escolas sem estarem formados e atuando em áreas que não são de seu curso.
- h) Construir um calendário de mobilização nacional culminando com a greve geral de caráter combativo e radicalizado em oposição as greves de pijama.
- i) Mobilizar os estudantes de pedagogia contra os estágios obrigatórios não remunerado e alterar as diretrizes dos estágios obrigatórios baseando-se nos pilares da pesquisa, gestão e iniciação à docência.
- j) Lutar por fazer das escolas de aplicação campo de estágio para garantir articulação entre teoria e formação unitária do pedagogo;
- k) Lutar contra o regimento do currículo único entra as universidades. Desta forma, realizar a socialização dos currículos entre as universidades para a valorização e formação de novas propostas curriculares;
- l) Construir um espaço temático nos próximos ENEPe's para conhecer a realidade específica de cada região, estado, universidade, faculdade, etc sobre a situação do ensino.
- m) Fomentar a aproximação entre as universidades públicas e as privadas promovendo atividades conjuntas entre essas instituições a fim de ampliar o intercâmbio da formação desses pedagogos em cada unidade.
- n) Formular um projeto nacional que represente o acúmulo das lutas pela assistência e permanência das estudantes mães que inclua acompanhamento especializado para os períodos de gestação e licença-maternidade impulsionada pelo movimento estudantil e representada pela ExNEPe. Que expresse a consolidação de espaços e creches adequados e devidamente equipados para as crianças.
- o) Apoiar e fomentar as lutas de estudantes mães do período noturno na conquista de espaços de permanência infantil nas faculdades e universidades.
- p) Lutar pela inclusão e ampliação da educação indígena, educação do campo e quilombolas nos cursos de Pedagogia.
- q) Fortalecer a formação do pedagogo com referência ao acúmulo histórico das lutas específicas nas políticas afirmativas relacionadas a raça e etnia.
- r) Pautar as questões de gênero, raça, LGBT+ (e/ou sexo dissidentes), religiosidade e inclusão em cada curso nas reformas curriculares, garantir na formação do pedagogo, discussões de gênero, raça, sexualidade, comunidades e povos tradicionais dentro da formação e dentro das escolas com referência ao acúmulo histórico das lutas específicas nas políticas afirmativas assim como ampliar esta discussão para os participantes do ENEPe.
- s) Fomentar discussões e lutar pela inserção dos homens pedagogos nas escolas e nos espaços de educação.
- t) Lutar por uma formação de qualidade para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos com o intuito de efetivar discussões com foco também no contexto político que estamos vivendo atualmente.
- u) Divulgação ampla do ENEPe não se atendo somente aos cursos de pedagogias e licenciatura.

- v) Lutar contra a precarização do curso, como exemplo, as substituições das formações presenciais com as formações de EAD, pela formação continuada dos professores e pelo fortalecimento do PNAIC.
- w) Lutar contra a privatização das pós-graduações, contra o sucateamento e fechamento das escolas públicas, seja do campo ou da cidade.
- x) Contra o crescente reacionarismo do judiciário brasileiro em seu papel de defensor dos interesses das classes dominantes e do imperialismo, na aplicação dos planos de ajuste estratégicos (PAEs) do banco mundial FMI e, conseqüentemente, contra os interesses do povo brasileiro.
- y) Promover debates sobre o Plano Nacional de Educação e demais políticas neoliberais da educação.
Abaixo o PNE neoliberal, apoiar e participar das lutas na defesa do piso nacional e contra os desmontes da educação pública.
- z) Lutar por suporte qualificado pra professores que tenha alunos com deficiência dentro de sala de aula.

3. Opressões

- a) Construir através de C.A's e D.A's formações políticas sobre opressões, impulsionando denúncias, conscientização e ação, para avançar nessa luta.
- b) Lutar para que as discussões sobre opressões sejam garantidas nas grades curriculares.
- c) Discutir todas as opressões na perspectiva de lutas de classes, não subdividindo as lutas.
- d) Lutar por uma universidade que sirva ao povo do campo e da cidade, derrubando os seus muros ideológicos, erradicando suas políticas de exclusão à toda a sociedade marginalizada.
- e) Lutar pelo fim dos processos contra os estudantes que ocuparam suas escolas e universidades em todo o país.
- f) Lutar pelo fim do processo contra os 5 estudantes que participaram da manifestação contra a aprovação das DCN da Pedagogia em 2006 no MEC/Brasília.
- g) Lutar contra a criminalização do movimento estudantil, impulsionando a campanha em apoio aos presos políticos em defesa da educação levantando a bandeira em defesa da liberdade a Rafael Braga e fim do processo contra os 23 estudantes e ativistas das jornadas de junho/julho de 2013 no Rio de Janeiro.
- h) Carta de apoio aos/as professores/as que estão sendo perseguidos pelo pressuposto do projeto "Escola sem partido", denunciando também as direções;
- i) Fortalecer o debate em relação à questão da mulher e sua defesa.
- j) Abaixo o genocídio policial! Nenhum apoio a greve das forças repressivas do estado.
- k) Combater as relações de assédios nas universidades, como também nas escolas de Educação Básica visto que nem todos esses estudantes tem acesso ao movimento estudantil e sabem como agir diante de opressões dentro das suas unidades escolares por parte da gestão.
- l) Lutar pela proteção da vítima em casos de opressões relacionadas ao assédio, não as colocando frente a frente com o agressor.
- m) Constituir comitês de autodefesa para as mulheres, LGBT'S e negros se defenderem
- n) Promover estudos, debates e organizar a luta contra o movimento "Escola sem partido".

- o) Defender e assegurar o direito do uso de nomes sociais para alunos LGBT dentro das universidades. Fortalecer as denúncias em relação aos ataques covardes, assassinatos e perseguições contra camponeses, indígenas e quilombolas, ribeirinhos e ao povo preto em luta pela terra, apoiando ativamente sua luta no campo e na cidade.
- p) Lutar e defender as questões relacionadas à acessibilidade de alunos e profissionais da educação com deficiência.

38° Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia – ENEPe
Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia – EXNEPe
Movimento Estudantil de Pedagogia – MEPe

PLANO DE LUTAS – 38° Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia

Nós, estudantes de Pedagogia de todo o país, reunidos no 38° Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia, de 03 a 10 de junho de 2018, em Maceió – AL, deliberamos as seguintes diretrizes de luta do Movimento Estudantil de Pedagogia:

1. Opressões de gênero

- 1.1 Lutar pela inserção de disciplinas obrigatórias de gênero e sexualidade na grade curricular no curso de pedagogia.
- 1.2. Lutar pela formação continuada e contratação de professores nas disciplinas de gênero e sexualidade.
- 1.3. Construir trabalho de base dentro das universidades englobando as instâncias docentes, discentes, técnicos e terceirizados.
- 1.4. Lutar por cotas na graduação e pós-graduação para estudantes travestis e transexuais e garantia de sua permanência dentro das IES.
- 1.5. Elaborar em conjunto com o corpo docente projetos de extensão que contemple a comunidade externa, pautando a temática de gênero e sexualidade.
- 1.6. Garantir espaços de formação adequado sobre a temática de gênero e sexualidade dentro dos encontros do MEPe, assegurando assim, a ocupação das mesas por integrantes que compõem efetivamente o movimento estudantil de pedagogia.
- 1.7. Lutar pela implementação do Centro De Referencias De Direitos Humanos – CRDH nas IES do Brasil.
- 1.8. Reafirmar nas bases a luta contra a BNCC.

2. Racismo, negritude e educação

- 2.1 Lutar por disciplinas obrigatórias que abordem a Educação para as Relações Étnico-raciais.
- 2.2 Fomentar formações políticas sobre cotas raciais e sua importância, discussões essas dentro e fora da universidade.
- 2.3 Lutar pela promoção e valorização escolar dos prestadores de serviço das universidades.
- 2.4 Lutar por cotas raciais na pós-graduação.
- 2.5 Cobrar junto a universidade a atualização do acervo da biblioteca com escritores e escritoras negras.
- 2.6 Formar uma comissão de avaliação de trabalhos científicos. Cobrar que os avaliadores dos trabalhos sejam pessoas especialistas na temática proposta.
- 2.7 Lutar para que haja pessoas nos eventos que nos contemple no momento dos debates.
- 2.8 Criar grupo de pesquisa ou encontro de pesquisadores pedagogos negros;
- 2.9 Identificar e denunciar os processos fraudulentos de acesso das pessoas que não são contempladas por cotas e mesmo assim se autodeclaram assumindo uma vaga que não tem direito no curso de Pedagogia;
- 2.10 Promover a discussão/debate sobre feminicídio e violência contra a mulher negra;

2.11 Fomentar o estudo e o debate dentro e fora da universidade sobre a presença negra dentro do sistema carcerário.

3. Regulamentação da profissão de pedagogo

A Profissão de Pedagogo já é normatizada pela Constituição Federal, art. 206, incisos V, VI e VIII; pela LDB, em seu art. 61, 64 e 65; pela Lei 11.494/07, art. 22, Parágrafo único, inciso II; e pelas Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia (Resoluções do CNE/CP 01/2006 e 02/2015)

3.1 Que os CA's e DA's realizem urgentemente debates sobre a PL 6.847/17 que trata sobre a falsa regulamentação da profissão de Pedagogo;

3.2 Fomentar debates sobre o que é ser Pedagogo;

3.3 Que nos próximos encontros do MEPe garantam-se mesas que discutam a falsa regulamentação do profissional de pedagogia;

3.4 Combater futuros eventos que sejam favoráveis à regulamentação de pedagogo e a criação de Conselhos de Pedagogia;

3.5 Articular o MEPe para combater a regulamentação da profissão do Pedagogo e os conselhos regionais e nacionais;

3.6 Realizar uma jornada de lutas contra a farsa da regulamentação (sugestão de data 21 a 30 de junho).

4. Movimento Estudantil de Pedagogia – Mepe

4.1 Reafirmar os princípios de combatividade e independência do MEPe, não permitindo que nenhuma organização venha a ter práticas autoritárias e oportunistas;

4.2 Reafirmar o rompimento com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e todas as práticas oportunistas dentro do movimento estudantil;

4.3 Romper com o Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR);

4.4 Fomentar, na base, formações direcionadas a construção da greve geral;

4.5 Retomar a luta pelo passe livre;

4.6 Lutar contra a criminalização do movimento estudantil e movimentos sociais;

4.7 Adotar o dia 15 de outubro como dia de mobilização nacional pela valorização docente e pela assistência estudantil (contra a regulamentação; escola sem partido; BNCC);

4.8 Realizar formações locais uma vez ao mês, (em junho: BCC; em agosto: escola sem partido; em setembro: regulamentação) culminando com ato combativo no dia de mobilização nacional (15 de outubro);

4.9 Combater o projeto “Escola sem partido”;

4.10 Garantir a continuidade e ampliação dos debates sobre a falsa regulamentação da profissão dx pedagogx;

4.11 Dialogar com os professores em exercício sobre a regulamentação da profissão dx pedagogx;

4.12 Realizar contato com os sindicatos e coletivos de professores para possibilitar aproximação do MEPe com os professores em exercício;

4.13 Garantir debates sobre a privatização da educação pública, relacionada aos projetos “escola sem partido”, BNCC, regulamentação da profissão dx pedagogx;

- 4.14 Lançar moção de repúdio contra a Prefeitura de Fortaleza que não está oferecendo subsídio estrutural para as escolas, sobretudo creches e pré-escolas;
- 4.15 Lutar contra a militarização das escolas e contra quaisquer restrições de acesso aos espaços das universidades;
- 4.16 Fazer uma nota a favor das cotas raciais e uma moção de repúdio contra as práticas racistas da reitoria da URGs;
- 4.17 Lutar pela garantia e ampliação da assistência e permanência estudantil e contra os cortes de bolsas de assistência para indígenas e quilombolas;
- 4.18 Lutar por casas de estudante de qualidade;
- 4.19 Lutar por um RU de qualidade, gratuito e aberto ao povo;
- 4.20 Criar espaços de debate sobre a violência urbana e ocupar os espaços públicos com atividades culturais e políticas;
- 4.21 Lançar moção de repúdio às reitorias pela omissão nos casos de racismo nas universidades e criar comissões estudantis para apurar os casos de racismo;
- 4.22 Fazer moção de repúdio contra o racismo na universidade;
- 4.23 Realizar formações e viabilizar espaços de acolhimento para saúde mental;
- 4.24 Lutar pela garantia de acessibilidade e inclusão;
- 4.25 Lutar contra os cortes de bolsas na graduação e pós-graduação, bem como ampliação das mesmas;
- 4.26 Pensar a universidade popular, com pesquisa e extensão que sirvam aos interesses do povo;
- 4.27 Cobrar posicionamento e debates dos professores, faculdades, Centros de Educação e Universidades sobre a regulamentação da profissão de pedagogo;
- 4.28 Lutar por escolas de aplicação, creches, pré-escolas e brinquedotecas vinculadas aos cursos de Pedagogia;
- 4.29 Cobrar a efetivação da lei 12.816/13 para garantir o transporte dos estudantes do interior do para as universidades.

5. Precarização do ensino superior

- 5.1 Defender o programa de Assistência estudantil, bolsas de pesquisa e permanência, e lutar pela ampliação das mesmas, nas Universidades públicas;
- 5.2 Lutar pela melhoria da infraestrutura das Instituições de Ensino Superior públicas;
- 5.3 Lutar pela implantação e ampliação dos Restaurantes e Residências Universitárias;
- 5.4 Lutar por um canal efetivo de diálogo, e pela Democracia Real, valorizando a voz dos estudantes dentro das Instituições de Ensino Superior;
- 5.5 Lutar pela melhoria das condições de trabalho docente nas Instituições de Ensino Superior públicas;
- 5.6 Lutar contra os processos de terceirizações dos profissionais das Universidades públicas, reivindicando a realização de concursos públicos;
- 5.7 Lutar por um quadro efetivo de professores nas Universidades públicas;
- 5.8 Construir espaços de formação política acerca dos processos de precarização, tanto pelas Executivas Nacional e Estaduais, quanto pelos CA'S e DA's;
- 5.9 Denunciar as políticas de financeirização dos organismos internacionais (Banco Mundial, FMI entre outros) que destinam verbas públicas para as instituições privadas, através de programas como FIES, ProUni, Residência Pedagógica;

- 5.10 Lutar pela aproximação da comunidade com a Universidade, buscando conhecer suas demandas;
- 5.11 Lutar para que o ensino EAD não assuma um caráter de precarização do Ensino Superior;
- 5.12 Reafirmar os princípios da Educação Pública gratuita, laica e socialmente referenciada;
- 5.13 Articular as licenciaturas da Universidade, e professores das redes municipais, estaduais e federais, em discussões sobre BNCC, reforma do Ensino Médio, Escola sem Partido, reforma da previdência, regulamentação da profissão do Pedagogo, e Emenda Constitucional 95;
- 5.14 Reforçar a divulgação do MEPe nas Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas;
- 5.15 Garantir discussões acerca da organização do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) com a participação efetiva dos estudantes;
- 5.16 Lutar pela ampliação de vagas gratuitas nas pós-graduações das Universidades públicas;
- 5.17 Lutar contra a mercantilização das pós-graduações das Universidades públicas;
- 5.18 Combater o produtivismo e as práticas de clientelismo acadêmico;
- 5.19 Construir espaços formativos visando desenvolver o potencial pedagógico por meio da TIC;
- 5.20 Lutar para que as pesquisas não sejam apropriadas pela iniciativa privada e sirva para atender as demandas do povo;
- 5.21 Denunciar os processos de precarização que o PARFOR é submetido;
- 5.22 Realizar formações, e conscientização com o objetivo de construir a Greve Geral, articulada com a base estudantil, e demais profissionais da educação, por meio de assembleias de base.

Maceió, 10 de junho de 2018

39º Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia
UFG – Goiânia/Goiás
21 a 28 de julho de 2019

Construir a greve geral para barrar os ataques neoliberais na educação!

PLANO DE LUTAS

GD – EDUCAÇÃO INFANTIL

Mediação: Janaíne Baldissera Frare – UFSM – RS

Relatoria: Áurea Silva Moura – UNEB – BA

1. Manifestar repúdio ao abuso de poder, violência, racismo e sexismo nas instituições de educação infantil pública e defesa por uma educação laica;
2. Combater, em virtude dos estudos sobre o assunto, a alfabetização precoce das crianças;
3. Realizar no dia 25 de agosto (dia da educação infantil) intervenções nas universidades um evento onde as crianças, juntamente, as e os docentes, sejam levadas para dentro da universidade para um momento de intervenção voltado a infância;
4. Realização de eventos dentro das escolas voltados para o desenvolvimento das crianças e formação continuada de professores;
5. Realização de fóruns que debatam acerca das problemáticas na educação infantil: desvalorização de professores; precarização e sucateamento dos centros de educação infantil, sobre a importância da infância, discussão e debate sobre a realidade das/dos estudantes de curso noturno, debates sobre educação infantil nos currículos de pedagogia;
6. Defesa de uma educação baseada pela ludicidade e respeito as crianças e infâncias;
7. Intervenção nas escolas e universidades criando espaços de discussão e suporte emocional as professoras e professores;
8. Defesa ao respeito da constituição identitária dos bebês e crianças pequenas;
9. Valorização dos bebês e crianças pequenas como sujeitos pensantes, potentes, capazes, com possibilidades e produtores de cultura, sendo constituídos por uma subjetividade que dialoga e que se apropria com o meio que está inserido;
10. Defesa ao acesso e permanência de bebês e crianças pequenas PCD's e por uma educação inclusiva na educação infantil.

GD – EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA

Mediação: Anne Caroline Bazilio – UFRJ

Relatoria: Pâmella Fernandes Araújo – IFG

1. Promover frequentes debates sobre as relações étnico-raciais no curso de Pedagogia já que o assunto é tratado superficialmente;
2. Lutar pela inclusão de disciplinas sobre questões étnicas no currículo obrigatório;
3. Promover nos cursos pelo menos 2 ações que abordem o tema dentro e fora da universidade;
4. Promover espaços de discussão que desmistifiquem as tradições indígenas e afro-brasileiras.
5. Lutar contra práticas tradicionais que perpetuam o racismo nos espaços sociais;
6. Maior valorização da representação indígena e negra nas práticas educacionais e pesquisas acadêmicas;

7. Fazer com que nossas pesquisas acadêmicas sejam acessíveis e compreensíveis a comunidade que é ator ativo nas pesquisas e de fato será contemplado com os resultados obtidos;
8. Promover a circulação de documentos e materiais produzidos por autores negros, indígenas e quilombolas;
9. Cobrar fiscalização e implementação de leis sobre a educação para as relações étnico-raciais.

GD – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mediação: Tassiana – UFRJ

Relatoria: Paola – USP

1. Incentivar as pesquisas de levantamento de dados de analfabetismo nas regiões;
2. Incentivo aos fóruns de discussão do tema;
3. Lutar pela garantia da EJA no currículo obrigatório de todas as instituições de ensino superior do país
4. Elaboração de uma nota de repúdio contra à medida do governo federal que prevê 80% de carga horaria da EJA na modalidade EAD e lutar contra o uso da EAD na EJA.
5. Incentivar a formação de professores pesquisadores na área.
6. Lutar pela formação continuada e específica para a EJA em todos o ente federativo.

GD- PRÁTICAS EDUCATIVAS E FORMAÇÃO DOCENTE

Mediação: Milena – UnB/BSB

Relatoria: Erislaine Matos da Silva – UESB/BA

1. Lutar contra a regulamentação da profissão do pedagogo;
2. Lutar pela profissionalização política, pedagógica, científica e disciplinar dos professores contratados com notório saber das comunidades tradicionais compreendendo as suas peculiaridades;
3. Organizar espaços formativos do próprio MEPe e dialogar sobre a prática docente e a profissionalização entre seus os professores em formação;
4. Lutar contra a precarização do curso de pedagogia e do uso do EAD para a desmobilização de uma construção crítica do pedagogo frente ao desmonte da educação pública;
5. Construir uma resistência frente a BNCC e outros documentos norteadores impostos, que não foram deliberados em espaços coletivos de forma democrática e validado pela classe.

GD- GÊNERO E SEXUALIDADE

Mediação: Jady – USP

Relatoria: Stéphanie – UFG

1. Valorização de Gênero e Sexualidade no debate dentro do ENEPe: proposta de mesa, oficina e demais espaços para ano o 40o ENEPe;
2. Incentivar o debate dentro das escolas sobre a questão de gênero e sexualidade, compartilhando entre professores as experiências e vivências, para que seja ampliado o debate;
3. Viabilidade de se colocar no currículo;
4. Dialogar e cobrar os C.A sobre a divulgação de materiais para se debater as questões postas no GD;
5. Promover discussões em parceria com o C.A (assim como foi definido em plenária extraordinária entrar em contato com os C.A's, para promover o debate nas delegações em que

os integrantes foram expulsos sobre assédio): O menino que brincava de ser – Georgina da Costa Martins (material didático); Pipo e FiFi – Caroline Arcari;

6. Mesa temática sobre o assédio.

GD – SUCATEAMENTO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Mediação: Janderson Bragança Ribeiro – UFAM

1. Promover debates e vivências para conscientização dos trabalhadores sobre o sucateamento da educação no Brasil, dentro e fora das universidades;
2. Fiscalizar e cobrar a correta aplicação dos fomentos direcionados à educação pública;
3. Lutar por um plano de Estado que realmente contemple as necessidades populares.

GD – MEPE – MOVIMENTO ESTUDANTIL DE PEDAGOGIA

Mediação: Maspoli – UFC e Vitória – UFGRS

Relatoria: Thais – UESB

1. Luta por uma universidade que sirva ao povo;
2. Criar uma cartilha que esteja disponível no site da ExNEPe, contendo informações sobre a construção das representações e das articulações estudantis do MEPE;
3. Criar um fundo financeiro para a administração do site advindo dos recursos da ExNEPe;
4. Fortalecimento das extensões como ferramenta de relação com a população;
5. Reafirmar o rompimento com a UNE;
6. Reafirmar o rompimento com o MEPR;
7. Construir comitês da greve geral, em todos os espaços sociais;
8. É dever dos atuais representantes dos D.A's, C.A's e Executivas passar suas experiências para os agregados do MEPE em suas instituições e manter o movimento ativo;
9. Lutar pela manutenção e consolidação da autonomia da universidade pública e pela democracia universitária: paridade de representativa;
10. Lutar contra o programa Futura-se;
11. Criar um minicurso fixo sobre o MEPE nos encontros (Locais, Estaduais e Nacionais);
12. Articular a luta do movimento estudantil de Pedagogia com as demandas da comunidade acadêmica, professores, técnicos e terceirizados;
13. Impulsionar a articulação de D.A's e C.A's;
14. Promover o debate sobre a militarização das escolas públicas;
15. Lutar contra a privatização da educação pública;
16. Defender as políticas de acesso e permanência: creche, residência universitária, cotas, escola de aplicação, restaurante universitário, transporte;
17. Impulsionar representação estudantil nos espaços da universidade;
18. Fortalecer a presença da ExNEPe nos cursos de Pedagogia a fim de promover o debate sobre a reforma curricular que aborde as questões de gênero, relações étnicas – raciais;
19. Reorganizar a comissão de formação de professores.

GD – DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA PÚBLICA

Relatoria: Jéferson E. Santos – UESC

1. Fomentar a revisão dos currículos de formação de professores para os anos iniciais, finais do ensino fundamental e ensino médio para que abordem as discussões sobre educação especial/inclusiva;
2. Cobrar a oferta e promoção de acessibilidade nas instituições de ensino;
3. Requerer dos sistemas de ensino planejamento sistemático que garanta a participação e a inclusão dos alunos e alunas com Necessidades Educativas Especiais NEE;
4. Cobrar que haja políticas públicas para a formação continuada do corpo docente, da direção e coordenação e dos demais atores do espaço escolar em uma perspectiva de inclusão;
5. Articular e planejar campanhas, junto com a comunidade escolar e a comunidade a qual escola faz parte, de aconselhamento e acompanhamento das famílias dos alunos e das alunas com NEE;
6. Lutar e cobrar das instâncias e órgãos públicos que haja a implantação das normativas e políticas de inclusão escolar.

ANEXO C – MANIFESTO

MANIFESTO EM DEFESA DA PEDAGOGIA COMO CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO E CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO PÚBLICA, PIBID E RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ABAIXO A BNC FORMAÇÃO E BNCC NEOLIBERAIS E ANTICRÍTICA!

Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia
Movimento Estudantil de Pedagogia

O Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe) através da coordenação de sua Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe) vem a público se somar com o conjunto dos movimentos em defesa da educação pública, crítica e popular e se posicionar veementemente **CONTRA** todo o desmonte político, curricular e econômico para com a educação pública brasileira e para a política de formação de professoras e professores.

Relembramos que desde as DCN de 2006 que visavam uma formação fragmentada, a ExNEPe se colocou como linha de frente ocupando e formando fileiras em todo o país defendendo a concepção de **PEDAGOGIA UNITÁRIA** e como **CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**. Após tantos anos, reforçamos nosso posicionamento e compreendemos que na última década, há um avanço projetado de desmonte para a educação pública como um todo, em especial o Ensino Superior, o que indica a harmonia entre MEC/CNE e Banco Mundial, uma vez que os postulados que visam a privatização do Ensino Superior e a formação em licenciatura fragmentada e não orgânica, advém das orientações de tais entidades internacionais que estruturam o eixo de dominância das políticas públicas no globo.

Além disso, há uma agudização das crises estruturais econômicas que pincelam aspectos ideológicos extremamente conservadores para os espaços educativos, sobretudo na escola. Para isso, um dos instrumentos a serviço de toda esta ordem é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que foi balizada pelo Movimento Todos Pela Base e a Fundação LEMANN, entidades que visam os valores e formação do sujeito sob uma perspectiva de submissão, normalização da educação mercadológica e que elimina os fundamentos da formação humana em detrimento do que é forçadamente denominado de competências. Lembramos aqui também que desde 2015 renunciamos a BNCC em sua estrutura, forma e incorporação, sendo um dos maiores problemas para a educação básica.

Junto deste arcabouço de desmontes para a educação, há os ataques diretos aos cursos de licenciatura, que, desde 2014 começam a sofrer abalos em seus programas base como o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), e posteriormente a Residência Pedagógica. Tais programas hoje são essenciais para o estabelecimento da relação direta das universidades com a escola, além de serem incentivos formativos diretos para todas as licenciaturas.

Com os inúmeros cortes e atraso de bolsas para os dois programas citados, soma-se a criação em 2019 da Resolução n.02/2019 do CNE/MEC que visa a alteração de todos os cursos de licenciatura do país, adequando os mesmos à BNCC e ao que eles denominam como BNC

formação, sendo este último uma proposição linear e comum de ações e componentes curriculares à todos os cursos.

As ameaças e interesses são diversos, uma vez que tais postulados revelam os seguintes enunciados: formação para o empreendedorismo, reforço do Ensino Religioso não laico, introdução à educação à distância e forma demasiada, formação na perspectiva das habilitações dos anos 1970/1980, abertura para a formação de qualquer graduado em áreas “afins” realizarem curso aligeirado e garantir a licenciatura, bem como os aligeiramentos formativos do que eles denominam de “licenciaturas inovadoras”, mas que aqui compreendemos como um **ESVAZIAMENTO DA FORMAÇÃO FUNDAMENTADA, EXPERIENCIADA e UNITÁRIA**, da pedagogia.

Portanto, a ExNEPe convoca todo o MEPe a se somar nos movimentos nacionais e locais em defesa da educação e em defesa dos programas de formação dos estudantes de licenciatura. Nos solidarizamos e estabelecemos acordo com as associações de pesquisa em defesa da formação docente como a Associação Nacional pela Formação de Professores (ANFOPE) e a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) que são historicamente, assim como o MEPe, veementemente contra a todas investidas aqui brevemente apresentadas.

Convocamos assim à toda comunidade estudantil da Pedagogia a construir de forma combativa os Fóruns Estaduais em Defesa da Pedagogia em seus estados, bem como sinalizamos a construção direta do Fórum Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia. A luta em defesa da Pedagogia como ciência é a defesa dela como profissão. Para fortalecer a luta já existente, propomos o dia 30 de novembro como **DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DA PEDAGOGIA, DO PIBID e da RP**.

**FORA BOLSONARO, GUEDES E TODA MILÍCIA DA POLÍTICA DE MORTE!
A BNCC NÃO É DA BASE DE QUEM PENSA E FAZ A EDUCAÇÃO!
PEDAGOGIA É PROFISSÃO, NÃO DEIXE O MEC ACABAR COM A EDUCAÇÃO!**

Movimento Estudantil de Pedagogia (MEPe)
Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia (ExNEPe)
12 de novembro de 2021.!